Teleconferência - Português
23/03/2017, quinta-feira
10h (Brasília) / 9h (Nova York)
Telefone: (11) 2188-0155
Replay: (11) 2188-0400
Código: Senior Solution
Webcast: **clique aqui**

São Paulo, 22 de março de 2017. A Senior Solution S.A. (BM&FBOVESPA: SNSL3) ("**Companhia**"), líder em desenvolvimento de softwares para o setor financeiro no Brasil, anuncia hoje os resultados consolidados do quarto trimestre de 2016 ("**4T16**") e do exercício social de 2016.

4T16 – RELEASE DE RESULTADOS

- **RECEITA LÍQUIDA:** Recordes de R$ 24.205 mil **(+26,4% vs. 4T15)** e de R$ 84.558 mil no ano **(+12,3% vs. 2015)**;
- **RECEITA RECORRENTE:** Recordes de R$ 19.852 mil **(+27,3% vs. 4T15)**, representando 82,0% do total **(+0,6 p.p. vs. 4T15)** e de R$ 68.286 mil no ano **(+14,6% vs. 2015)**, representando 80,8% do total **(+1,6 p.p. vs. 2015)**;
- **LUCRO BRUTO:** Recordes de R$ 7.825 mil **(+13,1% vs. 4T15)**, com margem bruta de 32,3% **(-3,8 p.p. vs. 4T15)** e de R$ 28.934 mil no ano **(+6,3% vs. 2015)**, com margem bruta de 34,2% **(-1,9 p.p. vs. 2015)**;
- **EBITDA:** R$ 2.624 mil **(-7,6% vs. 4T15)**, com margem EBITDA de 10,8% **(-4,0 p.p. vs. 4T15)** e R$ 10.003 mil no ano **(+2,7% vs. 2015)**, com margem EBITDA de 11,8% **(-1,1 p.p. vs. 2015)**.
- **ATTPS:** Receita líquida de R$ 3.647 mil, lucro bruto de R$ 591 mil e margem bruta de 16,2%, com potencial de aumento de lucratividade decorrente de sinergias.

DESTAQUES FINANCEIROS (R$ mil)

	4T16	4T15	Variação	3T16	Variação	2016	2015	Variação
Receita líquida	24.205	19.153	26,4%	19.940	21,4%	84.558	75.304	12,3%
Receita recorrente	19.852	15.597	27,3%	15.719	26,3%	68.286	59.600	14,6%
% recorrência	*82,0%*	*81,4%*	*0,6 p.p.*	*78,8%*	*3,2 p.p.*	*80,8%*	*79,1%*	*1,6 p.p.*
Lucro bruto	7.825	6.918	13,1%	6.555	19,4%	28.934	27.219	6,3%
Margem bruta	*32,3%*	*36,1%*	*-3,8 p.p.*	*32,9%*	*-0,5 p.p.*	*34,2%*	*36,1%*	*-1,9 p.p.*
EBITDA	2.624	2.841	-7,6%	2.290	14,6%	10.003	9.742	2,7%
Margem EBITDA	*10,8%*	*14,8%*	*-4,0 p.p.*	*11,5%*	*-0,6 p.p.*	*11,8%*	*12,9%*	*-1,1 p.p.*
Lucro líquido	1.174	2.852	-58,8%	2.611	-55,0%	8.282	9.799	-15,5%
Margem líquida	*4,9%*	*14,9%*	*-10,0 p.p.*	*13,1%*	*-8,2 p.p.*	*9,8%*	*13,0%*	*-3,2 p.p.*

Sobre a Senior Solution

A Senior Solution é líder em desenvolvimento de softwares para o setor financeiro no Brasil e pioneira na adoção do conceito *one-stop-shop*. A Companhia opera as seguintes linhas de negócio: Software, que realiza o licenciamento, suporte e manutenção de sistemas, bem como serviços de implantação e customização; Projetos, que desenvolve sistemas personalizados e consultoria de negócios; e Outsourcing, que assume processos críticos de tecnologia e negócios dos clientes. Desde 2005 a Senior Solution executa uma estratégia de consolidação que resultou na compra de nove empresas e em doze anos consecutivos de crescimento com média anual de 27,1%.

Contatos de RI

Thiago Rocha - Diretor
Tel. (11) 2182-4922

José Leoni - Gerente
Tel. (11) 3478-4788

Pedro Torres - Analista
Tel. (11) 3478-4711

ri@seniorsolution.com.br
www.seniorsolution.com.br/ri

EVENTOS RECENTES

Aquisição da attps

Em 28/11/2016 anunciamos a aquisição mais relevante até o momento em nossa história de consolidação, reforçando a liderança de mercado. A attps contribui, estrategicamente, na construção de um portfólio abrangente de softwares, e financeiramente, na expansão dos resultados consolidados da Companhia.

Depois do anúncio, passamos a nos dedicar ao Plano de Integração que visa ampliar substancialmente a lucratividade do negócio adquirido, cujas ações executadas até o 1T17 totalizam uma economia anualizada de R$ 2.952 mil, sendo: R$ 2.524 mil com pessoal pela absorção administrativa e racionalização operacional; R$ 346 mil com imóveis pela unificação dos escritórios de São Paulo; e R$ 82 mil com contratos de fornecedores pela combinação das estruturas.

Os efeitos serão perceptíveis a partir do 2T17, após os impactos de gastos extraordinários referentes a essas ações. O Plano de Integração prevê ainda outras medidas nas frentes administrativa, operacional e comercial com planejamento para execução entre 2017 e o primeiro semestre de 2018.

Em 07/03/2017 nossos acionistas ratificaram a aquisição da attps em Assembleia Geral Extraordinária, que contou com a participação de 63,4% do capital votante, sendo 39,6% via voto a distância, demonstrando a importância dessa iniciativa para ampliar o quórum em importantes deliberações corporativas.

Pagamento de Juros Sobre o Capital Próprio ("JSCP")

Em 22/03/2017, o Conselho de Administração aprovou, *ad referendum* da Assembleia Geral Ordinária, o pagamento de JSCP referentes ao exercício de 2016, no montante bruto de R$ 1.058 mil ou R$ 0,095 por ação. Os acionistas terão direito ao pagamento se constarem da base acionária em 27/03/2017, as ações serão negociadas "ex" proventos a partir de 28/03/2017 e o pagamento será realizado a partir de 22/05/2017.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Encerramos o 4T16 com receita líquida recorde de R$ 24.205 mil, crescimento de 26,4% sobre o 4T15. O aumento orgânico de 7,3% representa uma expansão superior à inflação no período, e a expansão inorgânica de 19,1% reflete a consolidação dos resultados da attps em dezembro de 2016.

As receitas recorrentes totalizaram o recorde de R$ 19.852 mil no trimestre, crescimento de 27,3% sobre o 4T15 devido ao avanço da linha "Licenciamento, suporte e manutenção" de Software. As receitas variáveis somaram R$ 4.353 mil no trimestre, crescimento de 22,4% sobre o 4T15 em razão da evolução da unidade de Projetos. O percentual de recorrência alcançou 82,0% do total, contra 81,4% no 4T15.

O lucro bruto somou o recorde de R$ 7.825 mil no trimestre, crescimento de 13,1% sobre o 4T15, com margem bruta de 32,3%, queda de 3,8 p.p. explicada por (i) perda de lucratividade na unidade de Outsourcing e (ii) consolidação dos resultados da attps, que apresentou margem bruta inferior ao número consolidado.

As despesas gerais e administrativas somaram R$ 5.201 mil no trimestre, crescimento de 27,6% sobre o 4T15, representando 21,5% da receita líquida, aumento de 0,2 p.p. no período. Houve um complemento na provisão para contingências e consolidação das despesas da attps.

O EBITDA somou R$ 2.624 mil no trimestre, redução de 7,6% sobre o 4T15, e a margem EBITDA ficou em 10,8%, diminuição de 4,0 p.p. explicada principalmente por (i) redução orgânica de margem bruta, (ii) aumento orgânico de despesas gerais e administrativas; e (iii) consolidação dos resultados da attps.

Finalizamos 2016 com o décimo segundo ano consecutivo de crescimento, com receita líquida recorde de R$ 84.558 mil, aumento de 12,3%, lucro bruto recorde de R$ 28.934 mil, crescimento de 6,3%, e EBITDA de R$ R$ 10.003 mil, expansão de 2,7%. Esses números demonstram a resiliência do negócio: sustentamos os patamares de receita e EBITDA, apesar das condições adversas de mercado e do aumento de impostos.

Iniciamos 2017 com boas perspectivas devido à recente aquisição da attps. Com a evolução dessa integração, progressivamente haverá aumento das sinergias e redução dos gastos extraordinários. Assim como nas outras transações realizadas pela Senior Solution, esperamos aumento na lucratividade trimestre a trimestre.

Por fim, mantivemos a situação financeira confortável mesmo após essa relevante aquisição: a dívida líquida de R$ 15.579 mil representa 1,6x do EBITDA de 2016, e se reduzirá rapidamente com a consolidação do EBITDA da adquirida. Priorizaremos a integração da attps e a recomposição do saldo de caixa, mas continuaremos a buscar novas aquisições, dado que existem muitas oportunidades de consolidação no setor.

DESEMPENHO OPERACIONAL E FINANCEIRO

Receita líquida

A Companhia registrou receita líquida recorde de R$ 24.205 mil no trimestre (+26,4% vs. 4T15). O crescimento orgânico foi de 7,3%, superior à inflação no período, impulsionado pelas unidades de Projetos (+102,7% vs. 4T15) e Software (+4,8% vs. 4T15). A expansão inorgânica foi de 19,1%, reflexo da consolidação dos resultados da attps em dezembro de 2016.

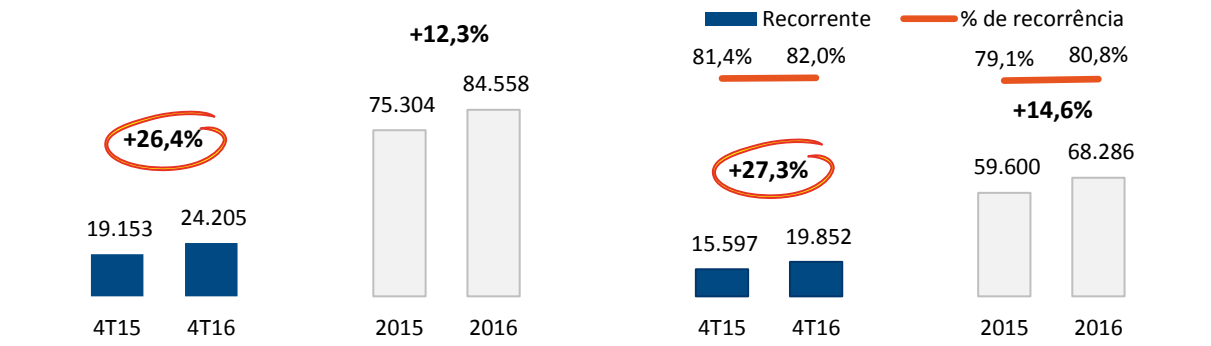
As receitas recorrentes, compostas pela linha de "Licenciamento, suporte e manutenção" de Software, pela unidade de Outsourcing e pela parcela recorrente de R$ 3.090 mil da attps, totalizaram recorde de R$ 19.852 mil (+27,3% vs. 4T15), representando 82,0% do total (vs. 81,4% no 4T15).

O número de clientes aumentou para 275 (vs. 194 no 4T15), impulsionado pela aquisição da attps. Com isso, o maior cliente representou 7,3% da receita líquida (vs. 8,5% no 4T15), representando uma importante diluição da carteira.

Adicionalmente, a Companhia apresentou o décimo segundo ano consecutivo de crescimento, com receita líquida recorde de R$ 84.558 mil (+12,3% vs. 2015). O crescimento orgânico foi beneficiado pelas unidades de Software (+9,0% vs. 2015) e Outsourcing (+8,0% vs. 2015), apesar da leve queda da unidade de Projetos (-2,6% vs. 2015), e a expansão inorgânica também foi reflexo da consolidação dos resultados da attps (R$ 3.647 mil).

A base de clientes atingiu 317 instituições (vs. 242 no 2015), sendo a maior com 8,6% de participação na receita (vs. 9,2% em 2015).

Gráfico 1 – Receita líquida e receita recorrente



Desempenho por unidade

Software (sem attps)

A receita líquida de Software totalizou R$ 12.071 mil no trimestre (+4,8% vs. 4T15) e R$ 47.802 mil no ano (+9,0% vs. 2015), composta pelas linhas de "Licenciamento, suporte e manutenção", parcela recorrente, e "Implantação e customização", parcela variável, conforme abaixo:

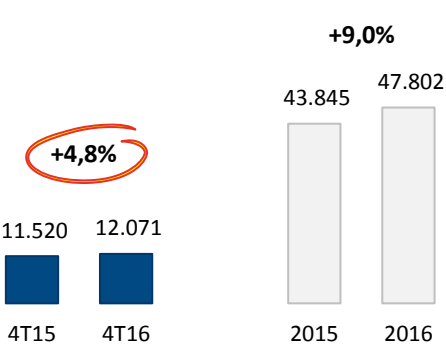
- **Licenciamento, suporte e manutenção**: a receita líquida atingiu recordes de R$ 10.555 mil no trimestre (+16,1% vs. 4T15) e R$ 40.015 mil no ano (+10,3% vs. 2015), representando 87,4% e 83,7% do total da unidade, respectivamente. O crescimento no trimestre e no ano deve-se à (i)

aquisição da Aquarius e da Pleno em fevereiro e novembro de 2015, respectivamente, que contribuíram com doze meses de consolidação em 2016 e (ii) conquista de um novo cliente de gestão de recursos responsável por R$ 355 mil no 4T15;

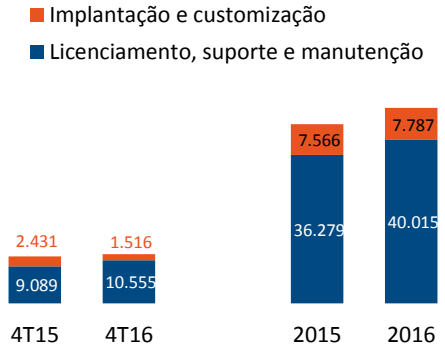
- **Implantação e customização**: a receita líquida alcançou R$ 1.516 mil no trimestre (-37,6% vs. 4T15) e R$ 7.787 mil no ano (+2,9% vs. 2015), representando 12,6% e 16,3% do total da unidade, respectivamente. A redução trimestral deve-se ao menor volume de projetos para consórcios e gestão de recursos. O aumento anual refere-se ao maior volume de projetos para consórcios.

Gráfico 2 – Unidade de Software

2.A – Receita líquida (R$ mil)



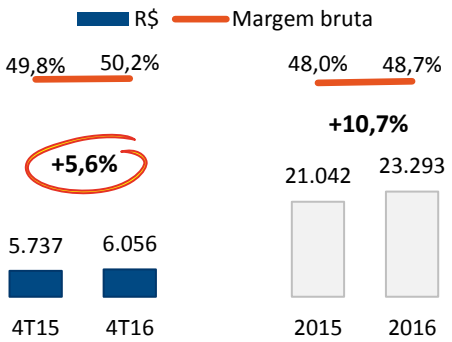
2.B – Abertura da receita líquida (R$ mil)



Os custos foram de R$ 6.015 mil no trimestre (+4,0% vs. 4T15) e de R$ 24.509 mil no ano (+7,5% vs. 2015), crescimento explicado pela aquisição da Aquarius e da Pleno em 2015 e também pelo reajuste de salários pelo dissídio coletivo da categoria.

Por consequência, o lucro bruto alcançou R$ 6.056 mil no trimestre (+5,6% vs. 4T15) e R$ 23.293 mil no ano (+10,7% vs. 2015), com margem bruta de 50,2% (+0,4 p.p. vs. 4T15) e 48,7% (+0,7 p.p. vs. 2015), respectivamente.

Gráfico 2.C – Lucro bruto (R$ mil) **e margem bruta** (%)



Projetos (sem attps)

A unidade de Projetos, oriunda das linhas de "Consultoria" e "Tecnologia", registrou receita líquida de R$ 2.280 mil no trimestre (+102,7% vs. 4T15) e R$ 7.928 mil no ano (-2,6% vs. 2015), conforme abaixo:

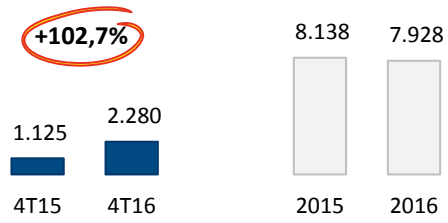
- **Consultoria:** a receita líquida somou R$ 891 mil no trimestre (+45,8% vs. 4T15) e R$ 3.704 mil no ano (-23,5% vs. 2015), representando 39,1% e 46,7% do total da unidade, respectivamente. No trimestre, destaca-se o maior volume dos projetos de revisão de processos. No ano, houve redução de projetos relacionados para instituições de pagamento, devido ao cronograma regulatório.

- **Tecnologia:** a receita líquida alcançou R$ 1.389 mil no trimestre (+170,2% vs. 4T15) e R$ 4.224 mil no ano (+28,2% vs. 2015), representando 60,9% e 53,3% do total da unidade, respectivamente. O

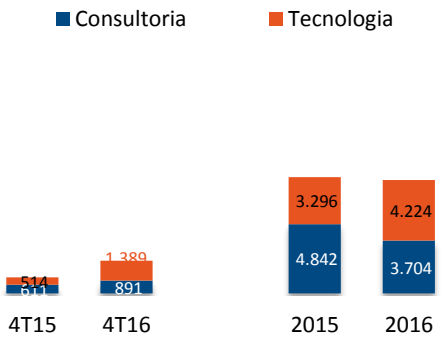
expressivo crescimento trimestral e o aumento anual decorrem da nova oferta de suporte para infraestrutura na carteira de clientes atual, com receita crescente ao longo de 2016.

Gráfico 3 – Unidade de Projetos

3.A – Receita líquida (R$ mil)



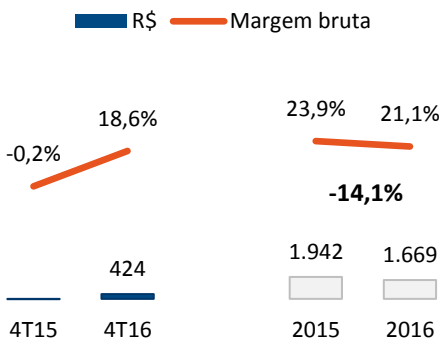
3.B – Abertura da receita líquida (R$ mil)



Os custos foram de R$ 1.856 mil no trimestre (+64,7% vs. 4T15) e R$ 6.259 mil no ano (+1,0% vs. 2015), crescimento trimestral provocado pela expansão do quadro de colaboradores para execução dos projetos.

O lucro bruto alcançou R$ 424 mil no trimestre (R$ 2 mil negativo no 4T15) e R$ 1.669 mil no ano (-14,1% vs. 2015), com margem bruta de 18,6% (+18,8 p.p. vs. 4T15) e 21,1% (-2,8 p.p. vs. 2015), respectivamente, impactada pelo menor volume de negócios decorrente do cenário econômico.

Gráfico 3.C – Lucro bruto (R$ mil) **e margem bruta** (%)

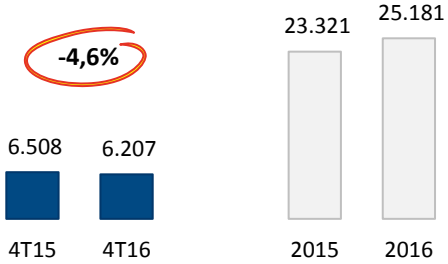


Outsourcing (sem attps)

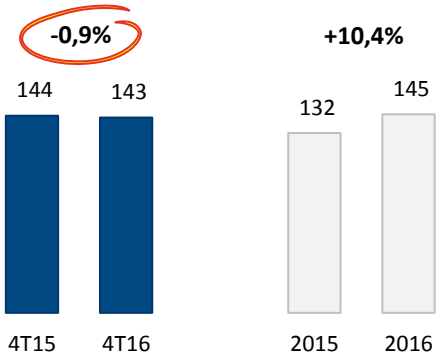
A receita líquida de Outsourcing totalizou R$ 6.207 mil no trimestre (-4,6% vs. 4T15) e R$ 25.181 mil no ano (+8,0% vs. 2015). No trimestre, houve redução de receita devido ao menor número de posições em alguns clientes, sendo que o número médio de profissionais dedicados à atividade caiu para 143 (- vs. 144 no 4T15). No ano, a maior receita é proveniente de expansão de contratos em novos clientes da carteira.

Gráfico 4 – Unidade de Outsourcing

4.A – Receita líquida (R$ mil)



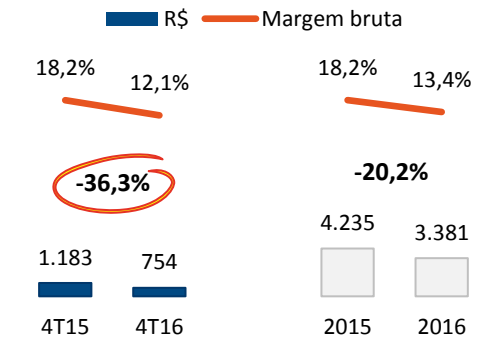
4.B – Número de profissionais



Os custos da unidade foram de R$ 5.453 mil no trimestre (+2,4% vs. 4T15) e R$ 21.800 no ano (+14,2% vs. 2015), aumentos relacionados à variação do número de profissionais e ao dissídio coletivo de 8,5% a partir de janeiro.

Dessa forma, o lucro bruto somou R$ 754 mil no trimestre (-36,3% vs. 4T15) e R$ 3.381 mil no ano (-20,2% vs. 2015), com margem bruta de 12,1% (-6,0 p.p. vs. 4T15) e 13,4% (-4,7 p.p. vs. 2015), respectivamente, reduções explicadas pelo aumento de 2,5 p.p. na alíquota de INSS patronal sobre receita bruta.

4.C – Lucro bruto (R$ mil) **e margem bruta** (%)



attps

A receita líquida da attps totalizou R$ 3.647 mil em dezembro, valor consolidado nos resultados trimestrais e anuais da Companhia. Desse total, (i) Software atingiu R$ 2.665 mil, representando 73,1%, sendo R$ 2.332 mil em "Licenciamento, suporte e manutenção" e R$ 333 mil em "Implantação e customização"; (ii) Projetos alcançou R$ 224 mil, representando 6,1%; e (iii) Outsourcing somou R$ 758 mil, representando 20,8%.

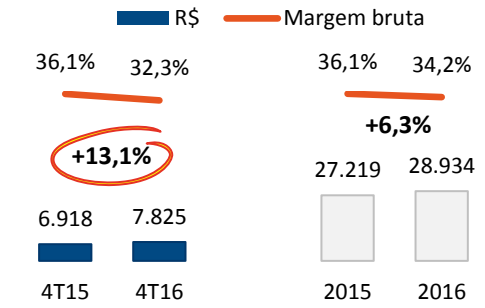
Os custos da operação da attps somaram R$ 3.056 mil, resultando em um lucro bruto de R$ 591 mil e margem bruta de 16,2%, lucratividade não comparável ao histórico por se referir apenas ao mês de dezembro, com menor volume de receitas. Com a evolução do Plano de Integração, progressivamente haverá aumento das sinergias e redução dos gastos extraordinários, resultando em expansão gradual da lucratividade na adquirida.

Lucro bruto

O lucro bruto registrou recordes de R$ 7.825 mil no trimestre (+13,1% vs. 4T15) e R$ 28.934 mil no ano (+6,3% vs. 2015), com margem bruta de 32,3% (-3,8 p.p. vs. 4T15) e 34,2% (-1,9% vs. 2015), respectivamente.

A menor margem deve-se à queda da lucratividade na unidade de Outsourcing e à consolidação dos números da attps a partir de dezembro. Além disso, vale lembrar que em novembro de 2015 houve majoração em 2,5 p.p. da alíquota de INSS patronal sobre a receita bruta, impactando a lucratividade d a Companhia.

Gráfico 5 – Lucro bruto (R$ mil) **e margem bruta** (%)



(R$ mil)	4T16	4T15	Variação	2016	2015	Variação
Lucro bruto	7.825	6.918	13,1%	28.934	27.219	6,3%
Margem bruta	*32,3%*	*36,1%*	*-3,8 p.p.*	*34,2%*	*36,1%*	*-1,9 p.p.*
Software	6.056	5.737	5,6%	23.293	21.042	10,7%
Mg. bruta Software	*50,2%*	*49,8%*	*0,4 p.p.*	*48,7%*	*48,0%*	*0,7 p.p.*
Projetos	424	(2)	-	1.669	1.942	-14,1%
Mg. bruta Projetos	*18,6%*	*-0,2%*	*18,8 p.p.*	*21,1%*	*23,9%*	*-2,8 p.p.*
Outsourcing	754	1.183	-36,3%	3.381	4.235	-20,2%
Mg. bruta Outsourcing	*12,1%*	*18,2%*	*-6,0 p.p.*	*13,4%*	*18,2%*	*-4,7 p.p.*
attps	591	-	-	591	-	-
Mg. bruta attps	*16,2%*	-	-	*16,2%*	-	-

Despesas gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas somaram R$ 5.201 mil no trimestre (+27,6% vs. 4T15) e R$ 18.931 mil no ano (+8,3% vs. 2015), e representaram 21,5% (+0,2 p.p. vs. 4T15) e 22,4% (-0,8 p.p. vs. 2015) da receita líquida, respectivamente.

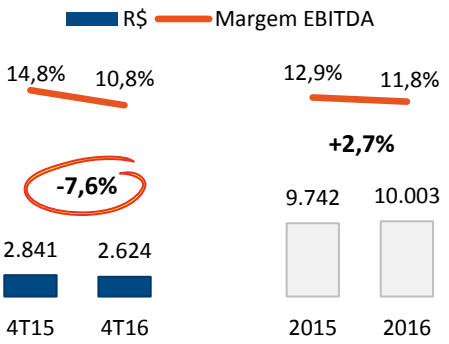
Tanto no trimestre quanto no ano, as razões para o crescimento foram o complemento no saldo de provisão para contingência de R$ 918 mil, devido à recente utilização parcial do saldo anteriormente provisionado, e consolidação das despesas da attps de R$ 672 mil, sendo que as ações executadas até o 1T17 no âmbito do Plano de Integração reduzirão substancialmente esse valor.

EBITDA

O EBITDA somou R$ 2.624 mil no trimestre (-7,6% vs. 4T15) e R$ 10.003 mil no ano (+2,7% vs. 2015), com margem EBITDA de 10,8% (-4,0 p.p. vs. 4T15) e 11,8% (-1,1 p.p. vs. 2015), respectivamente. O EBITDA da attps foi de R$ 81 mil negativo em dezembro, valor consolidado nos resultados trimestrais e anuais da Companhia.

A queda da lucratividade é explicada principalmente por (i) redução orgânica de margem bruta, (ii) aumento orgânico de despesas gerais e administrativas; e (iii) consolidação dos resultados da attps. Além disso, vale lembrar que em novembro de 2015 houve majoração em 2,5 p.p. da alíquota de INSS patronal sobre a receita bruta, impactando a lucratividade da Companhia.

Gráfico 6 – EBITDA (R$ mil) e margem EBITDA (%)



Lucro antes do IR/CS

O lucro antes do IR/CS ("LAIR") aumentou para R$ 2.421 mil no trimestre (+66,9% vs. 4T15) e R$ 11.331 mil no ano (+21,3% vs. 2015), beneficiado principalmente por menor depreciação e amortização ("D&A"), conforme detalhado abaixo:

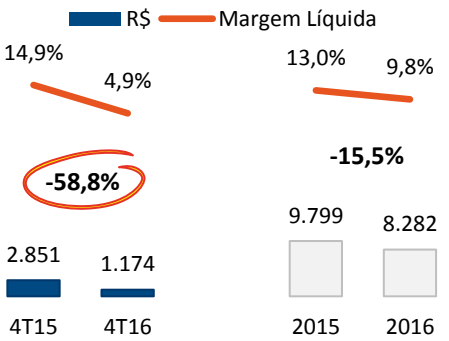
- **Resultado financeiro:** foi de R$ 527 mil no trimestre (-55,0% vs. 4T15) e R$ 4.017 mil no ano (-1,0% vs. 2015), sendo que no 4T16 houve redução das receitas financeiras com pagamento da Parcela à Vista, e aumento das despesas financeiras com a correção da Parcela a Prazo da attps.

- **Depreciação e amortização:** somaram R$ 730 mil no trimestre (-71,5% vs. 4T15) e R$ 2.689 mil no ano (-39,6% vs. 2015), principalmente pela provisão de R$ 1.900 mil no 4T15, proveniente do teste de recuperação de ativos intangíveis (*impairment*) da antiga Intellectual Capital.

Lucro líquido

O lucro líquido alcançou R$ 1.174 mil no trimestre (-58,8% vs. 4T15) e R$ 8.282 mil no ano (-15,5% vs. 2015), com margem líquida de 4,9% (-10,0 p.p. vs. 4T15) e 9,8% (-3,2 p.p. vs. 2015), respectivamente.

Gráfico 7 – Lucro liq. (R$ mil) **e margem liq.** (%)



Apesar do forte crescimento da LAIR, não houve reconhecimento de benefício fiscal referente à Lei do Bem no ano, cujo pleito referente aos dispendidos de 2015 ainda não foi aprovado pelo Ministério da Ciência e Tecnologia, resultando em débitos na linha de IR/CS de R$ 1.247 mil no trimestre (vs. crédito de R$ 1.400 mil no 4T15) e de R$ 3.049 mil no ano (vs. crédito de R$ 454 mil em 2015).

Considerando a média ponderada do número de ações, excluindo aquelas em tesouraria, o lucro por ação foi de R$ 0,104 no trimestre (-58,9% vs. 4T15) e de R$ 0,866 no ano (-14,7% vs. 2015).

Posição financeira

O saldo de caixa bruto encerrou o ano em R$ 26.405 mil (queda de R$ 33.166 mil vs. 3T16), redução decorrente, principalmente, do pagamento da Parcela a Vista da attps totalizando R$ 36.765 mil em novembro de 2016.

A dívida bruta apresentou saldo de R$ 41.984 mil (aumento de R$ 22.029 mil vs. 3T16), sendo:

- **Obrigações por aquisição de investimento:** R$ 22.770 mil (aumento de R$ 19.761 mil vs. 3T16), relacionado à contabilização da Parcela a Prazo e da Parcela Adicional da attps, respectivamente nos valores de R$ 14.654 mil e de R$ 5.637 mil, sendo que o pagamento futuro desta última parcela está condicionado à meta de receita líquida da attps em 2017; e

- **Empréstimos e financiamentos:** R$ 19.214 mil (aumento de R$ 2.268 mil vs. 3T16), pela consolidação de dívidas da attps no valor de R$ 2.629 mil, cujo saldo no balanço de fechamento foi deduzido do preço, sendo que tais dívidas serão substituídas por outras com menores taxas. Houve também amortização de parcelas do BNDES Prosoft.

Assim, o saldo de dívida líquida ficou em R$ 15.579 mil (vs. caixa líquido de R$ 39.616 mil no 3T16), incluindo a Parcela Adicional da attps. A dívida líquida representa 1,6x EBITDA de 2016, indicador considerado confortável pela administração, e se reduzirá rapidamente com a consolidação do EBITDA da attps.

MERCADO DE CAPITAIS

Programa de recompra de ações

Em 05/09/2016, o Conselho de Administração aprovou o quarto programa de recompra de ações, que compreende a aquisição de até 295,5 mil ações. Até a data de divulgação deste relatório foram adquiridas 5,1 mil ações nesse programa, ao preço médio de R$ 14,52 por ação.

Incluindo os três programas anteriores, foi adquirido um total de 599,4 mil ações, representando 5,1% do capital social, ao preço médio ponderado de R$ 8,25 por ação. Tal patamar de preços representa substancial geração de valor aos acionistas, cumprindo os objetivos do programa de recompra.

Desempenho da ação

As ações da Companhia (Bovespa Mais: SNSL3) encerraram o 4T16 cotadas a R$ 13,85 (+5,8% vs. 3T16). Como o capital social total é representado por 11.787.203 ações ordinárias, o valor de mercado da Companhia em 31/12/2016 era de R$ 163.253 mil.

O volume médio diário negociado foi de R$ 193,9 mil (-41,2 % vs. 3T16) e a média diária de negócios foi de 50 (vs. 79 no 3T16). A base acionária finalizou o trimestre com 3.010 acionistas (+33 vs. 3T16) e o *free float*[1] foi de 70,4%.

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

A Diretoria da Senior Solution S.A., em atenção ao disposto nos incisos V e VI do Art. 25 da Instrução CVM 480/09, declara que revisou, discutiu e concordou com (i) as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes e (ii) as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social findo em 31/12/2016.

AGRADECIMENTOS

Por fim, a Companhia registra seus agradecimentos a todos que contribuíram para o sucesso obtido no ano, em especial a seus clientes, colaboradores e acionistas.

[1] Excluídas as ações detidas pela administração (Conselho de Administração e Diretoria Estatutária) e aquelas em tesouraria adquiridas no âmbito dos programas de recompra.

ANEXO - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Demonstração de resultados (Consolidado)

(R$ mil)	4T16	4T15	Var. 4T16/4T15	3T16	Var. 4T16/3T16	2016	2015	Var. 2016/2015
Receita bruta	**27.373**	**21.474**	**27,5%**	**22.578**	**21,2%**	**95.787**	**83.512**	**14,7%**
Software	13.620	12.864	5,9%	13.095	4,0%	53.967	48.446	11,4%
Licenciamento, suporte e manutenção	11.880	10.143	17,1%	10.653	11,5%	45.049	40.014	12,6%
Implantação e customização	1.740	2.721	-36,1%	2.442	-28,7%	8.918	8.432	5,8%
Projetos	2.540	1.254	102,6%	2.326	9,2%	8.831	8.986	-1,7%
Consultoria	980	673	45,6%	910	7,7%	4.066	5.315	-23,5%
Tecnologia	1.560	581	168,5%	1.416	10,2%	4.765	3.671	29,8%
Outsourcing	7.129	7.356	-3,1%	7.157	-0,4%	28.905	26.080	10,8%
attps	4.084	-	-	-	-	4.084	-	-
Impostos sobre vendas	**(3.168)**	**(2.321)**	**36,5%**	**(2.638)**	**20,1%**	**(11.229)**	**(8.208)**	**36,8%**
Software	(1.549)	(1.344)	15,3%	(1.473)	5,2%	(6.165)	(4.601)	34,0%
Licenciamento, suporte e manutenção	(1.325)	(1.054)	25,7%	(1.164)	13,8%	(5.034)	(3.735)	34,8%
Implantação e customização	(224)	(290)	-22,8%	(309)	-27,5%	(1.131)	(866)	30,6%
Projetos	(260)	(129)	101,6%	(238)	9,2%	(903)	(848)	6,5%
Consultoria	(89)	(62)	43,5%	(78)	14,1%	(362)	(473)	-23,5%
Tecnologia	(171)	(67)	155,2%	(160)	6,9%	(541)	(375)	44,3%
Outsourcing	(922)	(848)	8,7%	(927)	-0,5%	(3.724)	(2.759)	35,0%
attps	(437)	-	-	-	-	(437)	-	-
Receita líquida	**24.205**	**19.153**	**26,4%**	**19.940**	**21,4%**	**84.558**	**75.304**	**12,3%**
Software	12.071	11.520	4,8%	11.622	3,9%	47.802	43.845	9,0%
Licenciamento, suporte e manutenção	10.555	9.089	16,1%	9.489	11,2%	40.015	36.279	10,3%
Implantação e customização	1.516	2.431	-37,6%	2.133	-28,9%	7.787	7.566	2,9%
Projetos	2.280	1.125	102,7%	2.088	9,2%	7.928	8.138	-2,6%
Consultoria	891	611	45,8%	832	7,1%	3.704	4.842	-23,5%
Tecnologia	1.389	514	170,2%	1.256	10,6%	4.224	3.296	28,2%
Outsourcing	6.207	6.508	-4,6%	6.230	-0,4%	25.181	23.321	8,0%
attps	3.647	-	-	-	-	3.647	-	-
Receita líquida	**24.205**	**19.153**	**26,4%**	**19.940**	**21,4%**	**84.558**	**75.304**	**12,3%**
Recorrente	19.852	15.597	27,3%	15.719	26,3%	68.286	59.600	14,6%
Variável	4.353	3.556	22,4%	4.221	3,1%	16.272	15.704	3,6%
% de recorrência	***82,0%***	***81,4%***	0,6 p.p.	***78,8%***	3,2 p.p.	***80,8%***	***79,1%***	1,6 p.p.
Custos	**(16.380)**	**(12.235)**	**33,9%**	**(13.385)**	**22,4%**	**(55.624)**	**(48.085)**	**15,7%**
Software	(6.015)	(5.783)	4,0%	(6.187)	-2,8%	(24.509)	(22.803)	7,5%
Projetos	(1.856)	(1.127)	64,7%	(1.782)	4,2%	(6.259)	(6.196)	1,0%
Outsourcing	(5.453)	(5.325)	2,4%	(5.416)	0,7%	(21.800)	(19.086)	14,2%
attps	(3.056)	-	-	-	-	(3.056)	-	-
Lucro bruto	**7.825**	**6.918**	**13,1%**	**6.555**	**19,4%**	**28.934**	**27.219**	**6,3%**
Margem bruta	*32,3%*	*36,1%*	-3,8 p.p.	*32,9%*	-0,5 p.p.	*34,2%*	*36,1%*	-1,9 p.p.
Software	6.056	5.737	5,6%	5.435	11,4%	23.293	21.042	10,7%
Mg. bruta Software	*50,2%*	*49,8%*	0,4 p.p.	*46,8%*	3,4 p.p.	*48,7%*	*48,0%*	0,7 p.p.
Projetos	424	(2)	-	306	38,6%	1.669	1.942	-14,1%
Mg. bruta Projetos	*18,6%*	*-0,2%*	18,8 p.p.	*14,7%*	3,9 p.p.	*21,1%*	*23,9%*	-2,8 p.p.
Outsourcing	754	1.183	-36,3%	814	-7,4%	3.381	4.235	-20,2%
Mg. bruta Outsourcing	*12,1%*	*18,2%*	-6,0 p.p.	*13,1%*	-0,9 p.p.	*13,4%*	*18,2%*	-4,7 p.p.
attps	591	-	-	-	-	591	-	-
Mg. bruta attps	*16,2%*	-	-	-	-	*16,2%*	-	-
Despesas operacionais	**(5.931)**	**(6.637)**	**-10,6%**	**(4.881)**	**21,5%**	**(21.620)**	**(21.931)**	**-1,4%**
% da receita líquida	*24,5%*	*34,7%*	-10,1 p.p.	*24,5%*	0,0 p.p.	*25,6%*	*29,1%*	-3,6 p.p.
Gerais e administrativas	(5.201)	(4.077)	27,6%	(4.265)	21,9%	(18.931)	(17.477)	8,3%
% da receita líquida	*21,5%*	*21,3%*	0,2 p.p.	*21,4%*	0,1 p.p.	*22,4%*	*23,2%*	-0,8 p.p.
Depreciação e amortização	(730)	(2.560)	-71,5%	(616)	18,5%	(2.689)	(4.454)	-39,6%
% da receita líquida	*3,0%*	*13,4%*	-10,4 p.p.	*3,1%*	-0,1 p.p.	*3,2%*	*5,9%*	-2,7 p.p.
EBITDA	**2.624**	**2.841**	**-7,6%**	**2.290**	**14,6%**	**10.003**	**9.742**	**2,7%**
Margem EBITDA	*10,8%*	*14,8%*	-4,0 p.p.	*11,5%*	-0,6 p.p.	*11,8%*	*12,9%*	-1,1 p.p.
Resultado financeiro	**527**	**1.170**	**-55,0%**	**1.251**	**-57,9%**	**4.017**	**4.057**	**-1,0%**
Receitas financeiras	1.285	1.789	-28,2%	1.969	-34,7%	6.911	6.091	13,5%
Despesas financeiras	(758)	(619)	22,5%	(718)	5,6%	(2.894)	(2.034)	42,3%
Lucro antes do IR/CS	**2.421**	**1.451**	**66,9%**	**2.925**	**-17,2%**	**11.331**	**9.345**	**21,3%**
IR e CSLL	**(1.247)**	**1.400**	**-**	**(314)**	**297,1%**	**(3.049)**	**454**	**-**
Corrente	(1.200)	930	-	(275)	336,4%	(3.260)	514	-
Diferido	(47)	470	-	(39)	20,5%	211	(60)	-
Lucro líquido	**1.174**	**2.851**	**-58,8%**	**2.611**	**-55,0%**	**8.282**	**9.799**	**-15,5%**
Margem líquida	*4,9%*	*14,9%*	-10,0 p.p.	*13,1%*	-8,2 p.p.	*9,8%*	*13,0%*	-3,2 p.p.

Balanço patrimonial (Consolidado)

(R$ mil)	31/12/2016	30/09/2016	Var.	31/12/2015	Var.
ATIVO	**155.324**	**106.065**	46,4%	**98.204**	58,2%
Circulante	**44.996**	**73.418**	-38,7%	**64.254**	-30,0%
Caixa e equivalentes de caixa	26.405	59.571	-55,7%	47.872	-44,8%
Contas a receber	14.508	9.735	49,0%	12.139	19,5%
Despesas antecipadas	-	109	-	18	-
Impostos e contribuições a recuperar	3.698	2.929	26,3%	4.054	-8,8%
Outros créditos a receber	385	1.074	-64,2%	171	125,1%
Não circulante	**110.328**	**32.647**	237,9%	**33.950**	225,0%
Depósitos judiciais	1.441	235	513,2%	182	691,8%
Imposto de renda e contrib. social diferidos	11.303	5.237	115,8%	4.979	127,0%
Outros Créditos	436	-	-	-	-
Imobilizado	1.587	787	101,7%	762	108,3%
Intangível	95.561	26.388	262,1%	28.027	241,0%
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**155.324**	**106.065**	46,4%	**98.204**	58,2%
Circulante	**36.803**	**31.598**	16,5%	**14.802**	148,6%
Empréstimos e financiamentos	7.384	16.295	-54,7%	1.258	487,0%
Fornecedores e prestadores de serviços	669	828	-19,2%	929	-28,0%
Adiantamentos de clientes	3.898	819	375,9%	973	300,6%
Salários, encargos sociais e prov. trabalhistas	16.755	9.351	79,2%	6.627	152,8%
Dividendos a pagar	1.058	-	-	272	289,0%
Obrigações tributárias	1.050	2.422	-56,6%	1.244	-15,6%
Obrigações por aquisição de investimento	5.989	1.883	218,1%	3.499	71,2%
Não circulante	**48.272**	**4.231**	1.040,9%	**17.320**	178,7%
Empréstimos e financiamentos	11.830	651	1.717,2%	12.597	-6,1%
Provisões para contingências	19.661	2.454	701,2%	2.244	776,2%
Obrigações por aquisição de investimento	16.781	1.126	1.390,3%	2.479	576,9%
Patrimônio líquido	**70.249**	**70.236**	0,0%	**66.082**	6,3%
Capital social	50.561	50.561	0,0%	50.561	0,0%
Ações em tesouraria	(4.941)	(4.867)	1,5%	(4.235)	16,7%
Reserva de capital	654	683	-4,2%	763	-14,3%
Reservas de lucros	23.975	23.859	0,5%	18.993	26,2%

Senior Solution S.A.
Demonstrações financeiras
Individuais e consolidadas em
31 de Dezembro de 2016
e relatório dos auditores independentes

ÍNDICE

Mensagem da Administração.....3

Relatório dos Auditores Independentes Sobre o Exame das Demonstrações Financeiras 4

Demonstrações Financeiras Auditadas

Balanço Patrimonial 10
Demonstração do Resultado do Exercício.....12
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido 13
Demonstração dos Fluxos de Caixa 14
Demonstração do Valor Adicionado.....16
Notas explicativas.....17

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas e demais interessados,

Em cumprimento às disposições legais, a SENIOR SOLUTION S.A., principal provedora brasileira especializada em tecnologia da informação para o mercado financeiro, submete à apreciação de seus acionistas e demais interessados o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, acompanhadas do relatório dos auditores independentes, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

A política da Companhia na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa com os auditores independentes fundamenta-se em princípios que preservam sua independência. Esses princípios consistem nos padrões internacionalmente aceitos, em que: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho; (b) o auditor não deve exercer função de gerência no seu cliente; e (c) o auditor não deve gerar conflitos com interesses de seus clientes.

Procedimentos adotados pela Companhia, conforme inciso III, art. 2º Instrução CVM nº381/03: A Companhia e suas controladas adotam como procedimento formal, previamente à contratação de outros serviços profissionais que não os relacionados à auditoria contábil externa, consultar os auditores independentes e o Conselho de Administração, no sentido de assegurar-se que a realização da prestação destes outros serviços não venha afetar sua independência e objetividade, necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria, bem como obter aprovação de seu Conselho de Administração. Adicionalmente são requeridas declarações formais destes mesmos auditores quanto à sua independência na realização de serviços que não sejam de auditoria.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Senior Solution S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Senior Solution S.A. ("Companhia" ou "Controladora") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e suas controladas ("Consolidado") que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

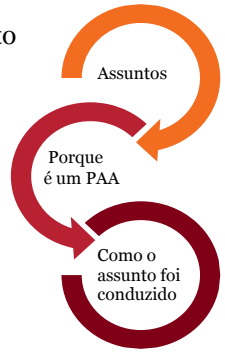
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Senior Solution S.A. e da Senior Solution S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais assuntos de auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Mensuração de receita de prestação de serviços de consultoria e customização de software	
Conforme mencionado na notas explicativas 8, 19 e 26.19, a mensuração da receita e seu correspondente contas a receber em 31 de dezembro de 2016, decorrente da prestação de serviços sob a égide de contratos de consultoria e customização de softwares, inclui a elaboração de estimativa de horas a serem incorridas até a finalização dos serviços, o que pode causar impacto na mensuração e reconhecimento contábil da receita decorrente dos serviços já prestados. Nos concentramos nessa área por se tratar de uma estimativa com base em julgamentos críticos da Administração, como exposto acima.	Obtivemos o entendimento e avaliamos os controles internos relevantes relacionados ao processo de mensuração e o reconhecimento contábil da receita decorrente da prestação de serviços. Nossos testes sobre a receita de prestação de serviços foram efetuados com base amostral e contemplaram: a análise da documentação suporte da venda do serviço, a inspeção da evidência da prestação do serviço, a leitura dos contratos, o registro contábil dentro de seu período de competência, a liquidação financeira subsequente e a análise, junto aos responsáveis dos projetos selecionados, dos critérios utilizados na elaboração da estimativa de horas a incorrer, base para a elaboração do cálculo da estimativa e mensuração da receita do serviço prestado. Como resultado da aplicação dos procedimentos de auditoria acima mencionados, dentre outros, consideramos que a metodologia utilizada pela Administração da Companhia para o reconhecimento contábil decorrente da prestação de serviços são razoáveis, em todos os aspectos relevantes, no contexto das demonstrações financeiras.
Teste do valor recuperável do ativo Intangível (ágio)	
Conforme mencionado na Nota 2.1 (a) às demonstrações financeiras, a Companhia possui ágio apurado em aquisição de entidades controladas, cuja avaliação por perda do valor recuperável (*impairment*) envolve julgamentos críticos por parte da Administração da Companhia na determinação do fluxo de caixa futuro, que está baseado no plano de negócios aprovado pelo Conselho de Administração. Consideramos esta área como de foco de atenção da auditoria uma vez que envolve aspectos de julgamento significativo na determinação de premissas-chave (Nota 2.2) sobre a qual a Administração da Companhia tenha baseado sua determinação no cálculo do valor recuperável do ágio, principalmente no tocante à razoabilidade e fundamentação das projeções utilizadas.	Nossos procedimentos consideraram, entre outros, a obtenção do cálculo do valor recuperável do ágio elaborado pela Administração da Companhia para aplicação dos seguintes principais procedimentos de auditoria: Com o apoio dos nossos especialistas da área de valorização de empresas: analisamos se as premissas-chave utilizadas no modelo para cálculo do valor recuperável do ágio estão alinhadas com o plano de negócio da Companhia, devidamente aprovado pelo Conselho de Administração. Efetuamos análise da consistência dos fluxos de caixa projetados em exercícios anteriores com os fluxos de caixa efetivamente realizados nos mesmos exercícios, bem como testamos a exatidão matemática do modelo utilizado para o cálculo do valor recuperável do ágio. Também analisamos a razoabilidade das premissas-chave, financeiras e econômicas, utilizadas pela Administração da Companhia, tais como, taxa de desconto, taxa de inflação, taxa de crescimento de receitas e despesas,

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
	taxa de investimento, através da comparação com dados disponíveis no mercado e efetuamos análise de sensibilidade das premissas-chave no modelo ("stress test"). Como resultado de nossos procedimentos de auditoria, consideramos que as premissas-chave determinadas pela Administração são razoáveis nos contexto de relevância das demonstrações financeiras.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Combinação de Negócios (Aquisição ATT PS Informática Ltda.)	
Conforme mencionado na nota explicativa 6, em 28 de novembro de 2016 a Senior Solution adquiriu o controle da Empresa ATT PS Informática Ltda. Consideramos uma área de foco devido à complexidade e julgamento envolvido no processo de registro contábil da aquisição, o qual considera os requisitos do Pronunciamento Técnico CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios, entre outros, a determinação do preço da aquisição, a harmonização das práticas contábeis da empresa adquirida, a determinação dos valores justos dos ativos e passivos, bem como do ágio e a identificação dos ativos adquiridos e passivos assumidos.	Nossos procedimentos de auditoria consideraram, entre outros, o entendimento e teste dos controles internos relevantes para suportar o registro da transação. Adicionalmente, testamos a integridade da base de dados, analisamos o contrato celebrado e inspecionamos a correspondente movimentação financeira da aquisição. Também analisamos os critérios de determinação do preço da aquisição, a harmonização das práticas contábeis e a razoabilidade das metodologias adotadas na determinação dos valores justos de ativos e passivos da empresa adquirida. Para todos os procedimentos mencionados contamos com o apoio dos nossos especialistas da área de valorização de empresas. Consideramos que nossos procedimentos de auditoria nos proporcionaram evidências apropriadas de auditoria no contexto de relevância das demonstrações financeiras.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram

adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados ás circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 22 de março de 2017

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Ricardo Novaes de Queiroz
Contador CRC 1DF012332/O-2 "S" SP

SENIOR SOLUTION S.A.
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	2016	**2015**	**2016**	**2015**
ATIVO				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa (nota 7)	11.063	40.056	26.405	47.872
Contas a receber (nota 8)	1.803	4.814	14.508	12.139
Impostos e contribuições a recuperar (nota 9)	1.219	2.106	3.698	4.054
Outros créditos a receber	120	52	385	189
Total do ativo circulante	**14.205**	**47.028**	**44.996**	**64.254**
Não circulante				
Partes relacionadas (nota 10)	2.031	3.133		
Depósitos judiciais (nota 17)	163	121	1.441	182
Imposto de renda e contribuição social diferidos (nota 23)	1.486	1.106	11.303	4.979
Outros Créditos			436	
Investimentos (Nota 5)	76.375	35.421		
Imobilizado (nota 11)	505	505	1.587	762
Intangível (nota 12)	30.128	688	95.561	28.027
Total do ativo não circulante	**110.688**	**40.974**	**110.328**	**33.950**
Total do ATIVO	**124.893**	**88.002**	**155.324**	**98.204**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

SENIOR SOLUTION S.A.
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	2016	**2015**	**2016**	**2015**
PASSIVO				
Circulante				
Empréstimos e financiamentos (nota 13)	5.295	1.258	7.384	1.258
Fornecedores e prestadores de serviços	107	486	669	929
Adiantamentos de clientes	173	569	3.898	973
Salários, encargos sociais e provisões trabalhistas (nota 14)	3.904	3.396	16.755	6.627
Dividendos a pagar (nota 18.2)	1.058	159	1.058	272
Obrigações tributárias (nota 15)	225	464	1.050	1.244
Obrigações por aquisição de investimento (nota 16)	4.774	342	5.989	3.498
Total do passivo circulante	**15.536**	**6.674**	**36.803**	**14.801**
Não circulante				
Empréstimos e financiamentos (nota 13)	11.238	12.597	11.830	12.598
Provisões para contingências (nota 17)	2.369	1.467	19.661	2.244
Obrigações por aquisição de investimento (nota 16)	16.699	1.182	16.781	2.479
Provisão para Perdas com Investimentos (nota 5)	8.802			
Total do passivo não circulante	**39.108**	**15.246**	**48.272**	**17.321**
Patrimônio líquido (nota 18)				
Capital social	50.561	50.561	50.561	50.561
Ações em tesouraria	(4.941)	(4.235)	(4.941)	(4.235)
Reserva de capital	654	763	654	763
Reservas de lucros	23.975	18.993	23.975	18.993
Total do patrimônio líquido	**70.249**	**66.082**	**70.249**	**66.082**
Total do passivo	**124.893**	**88.002**	**155.324**	**98.204**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

SENIOR SOLUTION S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	2016	**2015**	**2016**	**2015**
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA (nota 19)	**29.987**	**28.419**	**84.558**	**75.304**
Custo dos serviços prestados (nota 20)	(18.168)	(14.160)	(54.002)	(45.259)
Custo com pesquisa e desenvolvimento (nota 20)	(1.619)	(2.342)	(1.622)	(2.826)
LUCRO BRUTO	**10.200**	**11.917**	**28.934**	**27.219**
Receitas (despesas) operacionais				
Gerais, administrativas e comerciais (nota 21)	(8.065)	(9.022)	(21.620)	(21.931)
Resultado de equivalência patrimonial (nota 5)	3.906	3.239		
Total das despesas operacionais	**(4.159)**	**(5.783)**	**(21.620)**	**(21.931)**
Resultado operacional antes do resultado financeiro	**6.041**	**6.134**	**7.314**	**5.288**
Resultado financeiro, líquido (nota 22)	3.544	3.420	4.017	4.057
Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	**9.585**	**9.554**	**11.331**	**9.345**
Imposto de renda e contribuição social corrente (nota 23)	(1.683)	815	(3.260)	514
Imposto de renda e contribuição social diferido (nota 23)	380	(570)	211	(60)
Lucro líquido do exercício	**8.282**	**9.799**	**8.282**	**9.799**
LUCRO BÁSICO POR AÇÃO (nota 24)	**0,739**	**0,866**	**0,739**	**0,866**
LUCRO DILUÍDO POR AÇÃO (nota 24)	**0,739**	**0,866**	**0,739**	**0,866**

Não foram apurados outros resultados abrangentes. Portanto, não está sendo apresentada a demonstração do resultado abrangente.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

SENIOR SOLUTION S.A.
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO
(Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma)

				Reserva de Lucro				
	Capital social	Reserva de capital	Ações em tesouraria	Despesas com emissões de ações	Reserva legal	Retenção de lucros	Lucros acumulados	Patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2014	**50.561**	**763**	**(3.397)**	**(1.952)**	**873**	**13.052**		**59.900**
Lucro líquido do exercício							9.799	9.799
Ações em tesouraria (nota 18.4)			(838)					(838)
Dividendos (nota 18.2)							(42)	(42)
Juros sobre capital próprio (nota 18.2)							(2.738)	(2.738)
Constituição de reserva legal					491		(491)	
Retenção de lucros						6.528	(6.528)	
Saldos em 31 de dezembro de 2015	**50.561**	**763**	**(4.235)**	**(1.952)**	**1.364**	**19.581**		**66.082**
Lucro líquido do exercício							8.282	8.282
Ações em tesouraria (nota 18.4)			(706)					(706)
Dividendos (nota 18.2)							(11)	(11)
Juros sobre capital próprio (nota 18.2)							(3.289)	(3.289)
Remuneração baseada em ações (nota 10 (c))		(109)						(109)
Constituição de Reserva Legal					414		(414)	
Retenção de lucros						4.568	(4.568)	
Saldos em 31 de Dezembro de 2016	**50.561**	**654**	**(4.941)**	**(1.952)**	**1.778**	**24.149**		**70.249**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

SENIOR SOLUTION S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	2016	**2015**	**2016**	**2015**
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Lucro líquido do exercício	**8.282**	**9.799**	**8.282**	**9.799**
Itens que não afetam o caixa				
Equivalência patrimonial	(4.027)	(3.239)		
Provisão para perdas com investimentos	8.681			
Equivalência patrimonial em perda por investimento	121			
Depreciação e amortização	219	179	2.654	2.551
Impairment de ágio		1.900		1.900
Depreciação e amortização por aquisição de empresa			2.968	836
Perda estimada (reversão) em crédito de liquidação duvidosa	(10)	(24)	396	(12)
Provisão para contingências	989	188	1.592	355
Provisão para bônus e participação nos resultados	586	656	455	1.116
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(380)	570	(211)	99
Imposto de renda e contribuição social diferidos por aquisição de empresa			(6.113)	
Lucro ou prejuízo na alienação de imobilizado e intangível				6
Variação nas contas de ativos e passivos				
Contas a receber	3.021	(263)	(2.765)	(1.571)
Depósitos judiciais	(41)	(44)	(1.259)	(94)
Impostos e contribuições a recuperar	887	(1.215)	356	(1.678)
Outros créditos a receber	(68)	9	(632)	(101)
Fornecedores e prestadores de serviços	(379)	67	(260)	214
Salários, encargos sociais e provisões trabalhistas	(78)	(1.825)	9.673	(1.362)
Obrigações tributárias	(239)	285	(194)	470
Contingências	(87)		15.825	
Adiantamento de clientes	(396)	(1.783)	2.925	(1.888)
Dividendos a pagar	899		786	
CAIXA LÍQUIDO GERADO NAS OPERAÇÕES	**17.980**	**5.260**	**34.478**	**10.641**
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Aquisição de imobilizado e intangível	(211)	(157)	(362)	(203)
Imobilizado e intangível proveniente de aquisição de empresa	(51)		(4.219)	(2.093)
Aporte de capital em controlada	(2.500)	(7.050)		
Valor da marca na aquisição de investimento	(1.664)		(1.674)	(541)
Valor da carteira de clientes na aquisição de investimentos	(16.996)		(16.856)	(2.018)
Partes relacionadas	1.102	(1.617)		
Valor do Software	(6.161)		(6.652)	(628)
Valor do acordo de não competição na aquisição de investimento	(4.575)		(4.575)	
Ágio na aquisição de investimentos e outros	(40.005)		(39.644)	(5.661)

	Controladora		Consolidado	
	2016	**2015**	**2016**	**2015**
Recebimento de Dividendos	5.576	1.803		
Aumento de obrigações por aquisição de investimento	56.720		56.721	10.218
Amortização de obrigações por aquisição de investimento	(36.771)	(337)	(39.928)	(9.389)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	**(45.536)**	**(7.358)**	**(57.188)**	**(10.315)**
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Aquisição de ações para manutenção em tesouraria	(706)	(838)	(706)	(838)
Distribuição de Juros sobre capital próprio de resultado de exercícios anteriores	(2.032)	(2.977)	(2.032)	(2.977)
Distribuição de Juros sobre capital próprio de resultado do exercício de 2016	(1.257)	(2.579)	(1.257)	(2.579)
Dividendos pagos	(11)	(101)	(11)	(101)
Distribuição de dividendos por controladas		(42)		72
Programa de Remuneração em ações	(109)		(109)	
Captação de empréstimos e financiamentos	3.870	11.000	6.678	11.000
Amortização de empréstimos e financiamentos	(1.192)	(1.135)	(1.320)	(1.135)
CAIXA GERADO (APLICADO) NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	**(1.437)**	**3.328**	**1.243**	**3.442**
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(28.993)	1.228	(21.467)	3.767
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	40.056	38.828	47.872	44.105
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	11.063	40.056	26.405	47.872
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	**(28.993)**	**1.228**	**(21.467)**	**3.767**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

SENIOR SOLUTION S.A.
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO DOS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	2016	**2015**	**2016**	**2015**
1 – RECEITAS	**34.035**	**31.515**	**95.812**	**83.524**
1.1 - Vendas de produtos e serviços	34.025	31.491	95.787	83.512
1.2 - Perda estimada em créditos de liquidação duvidosa - Reversão (Constituição)	10	24	25	12
2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (ICMS, IPI, PIS e COFINS)	**(4.867)**	**(3.901)**	**(11.567)**	**(11.914)**
2.1 - Custos dos produtos e dos serviços vendidos	(2.779)	(1.759)	(6.936)	(7.357)
2.2 - Materiais, energia, serviços de terceiros e outros.	(2.088)	(2.142)	(4.631)	(4.557)
3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	**29.168**	**27.615**	**84.245**	**71.609**
4 - DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO	**(219)**	**(2.079)**	**(2.689)**	**(4.451)**
5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)	**28.949**	**25.536**	**81.556**	**67.159**
6 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	**9.450**	**8.123**	**6.911**	**6.093**
6.1 - Resultado de equivalência patrimonial	3.905	3.239		
6.2 - Receitas financeiras	5.545	4.883	6.911	6.093
7 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)	**38.399**	**33.659**	**88.467**	**73.252**
8 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	**38.399**	**33.659**	**88.467**	**73.252**
8.1 - Pessoal	**21.472**	**18.438**	**60.419**	**51.303**
8.1.1 - Remuneração direta e F.G.T.S	16.398	16.125	54.077	45.097
8.1.2 - Benefícios	5.074	2.313	6.342	6.207
8.2 - Impostos, taxas e contribuições	**5.341**	**2.826**	**14.277**	**7.755**
8.2.1 - Federais	4.092	1.668	10.660	4.386
8.2.2 - Municipais	1.249	1.158	3.617	3.369
8.3 - Remuneração de capitais de terceiros	**3.304**	**2.596**	**5.489**	**4.395**
8.3.1 - Juros	2.001	1.463	2.894	2.034
8.3.2 - Aluguéis	1.303	1.133	2.595	2.361
8.4 - Remuneração de capitais próprios	**8.282**	**9.799**	**8.282**	**9.799**
8.4.1 - Lucros retidos do exercício	8.282	9.799	8.282	9.799

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

Seção A - Informações gerais

1.1 Contexto operacional

A Senior Solution S.A. é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede na Rua Haddock Lobo, 347 13º andar, na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, tendo suas ações negociadas no Bovespa Mais da BM&F Bovespa – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros.

A Companhia foi constituída em 1996, tendo por objetivo principal o fornecimento de produtos e serviços de informática em tecnologia, visando o mercado financeiro. Foi a primeira empresa brasileira a buscar o desenvolvimento de um sistema com o conceito de *One-Stop-Shop* em seus aplicativos, implantando no mercado nacional padrões de empresas internacionais, desenvolvendo soluções abrangentes e integradas em tecnologia e negócios.

Atualmente a Senior Solution é líder deste mercado, atendendo grandes instituições financeiras do país, incluindo 15 dos 20 maiores bancos, 11 das 20 maiores seguradoras, 6 das 20 maiores fundações e 54 das principais administradoras de consórcios. O fortalecimento institucional e o maior volume de recursos aplicados nos últimos exercícios permitiram à Companhia investir em infraestrutura, pesquisa e desenvolvimento, diversificação dos serviços e aquisição de outras empresas desse mercado.

A Companhia é Controladora da Senior Solution Serviços em Informática Ltda. (anteriormente denominada Plataforma Eletrônica S.A.), Senior Solution Consultoria em Informática Ltda. (anteriormente denominada E-commerce Consultoria em Informática S.A.), Controlpart Consultoria e Participações Ltda. e Att/ps Informática S.A., empresas que têm por objetivo atuar de forma complementar às atividades da Companhia.

Em 28 de novembro de 2016 a Companhia celebrou o Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças por meio do qual adquiriu a totalidade das ações da att/PS Informática S.A. (“att/PS"), uma das principais provedoras brasileiras de softwares para o setor financeiro, com atuação nos segmentos de bancos, entidades de previdência e operadoras de saúde.

Dentre os incentivos fiscais existentes no país, a Companhia se utiliza do benefício proveniente da Lei do Bem (lei nº11.196/05), voltada a pessoas jurídicas que realizam pesquisa e desenvolvimento (P&D) de inovação tecnológica. Este beneficio proporciona uma economia fiscal ao reduzir a base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro de 60% a 80% dos dispêndios em P&D.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi aprovada pelo Conselho de Administração, em 22 de março de 2017.

1.2 Base de preparação

As informações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas na nota 26.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de ativos financeiros disponíveis para venda, outros ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 2.

(a) Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e pelas normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)). Essas informações individuais são divulgadas em conjunto com as informações financeiras consolidadas.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC09 – "Demonstração do Valor Adicionado". As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

1.3 Consolidação

A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida.

As empresas controladas incluídas na consolidação estão descritas na Nota 5(b).

Seção B - Riscos

2 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

2.1 Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, a Companhia e suas controladas fazem estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

(a) Perda (*impairment*) do ágio

Anualmente, a Companhia e suas controladas testam eventuais perdas (*impairment*) no ágio, de acordo com a política contábil apresentada na Nota 26.11. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas.

(b) Imposto de renda, contribuição social e outros impostos

A Companhia e suas controladas reconhecem ativos diferidos com base nas diferenças entre o valor contábil apresentado nas demonstrações contábeis e a base tributária dos ativos e passivos utilizando as alíquotas em vigor. A Companhia e suas controladas também reconhecem provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos forem devidos. Quando o resultado final dessas questões é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no exercício em que o valor definitivo é determinado.

O Grupo revisa regularmente os impostos diferidos ativos quanto a sua possibilidade de recuperação, considerando-se o lucro histórico gerado e o lucro tributável futuro projetado, de acordo com um estudo de viabilidade técnica.

(c) Reconhecimento de receita

A Companhia aufere, principalmente, receitas de licenciamento de software, compreendendo taxa de licenciamento, receita de serviços de manutenção e de suporte ao produto, serviços de customização, consultoria e assessoria permanente.

As receitas relativas à licença de uso são reconhecidas quando: i) da assinatura do contrato e disponibilização do software ao cliente; ii) seu valor pode ser mensurado de forma confiável (conforme os termos do contrato); iii) todos os riscos e benefícios inerentes da licença são transferidos para o comprador; iv) a Companhia não detém mais o efetivo controle sobre a licença; e v) é provável que os benefícios econômicos serão gerados em favor da Companhia.

As receitas de serviços de customização e consultoria são reconhecidas à medida que os serviços são prestados, conforme contratos de prestação de serviços. Os casos em que o serviço foi prestado, porém ainda não faturado, são registrados como serviços em andamento na rubrica “contas a receber” no ativo circulante.

As receitas de serviços prestados são reconhecidas no resultado em função da sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

As receitas de serviços estão sujeitas à tributação pelo Imposto sobre Serviços (“ISS”) às alíquotas vigentes em cada região e à tributação pelo PIS e COFINS na modalidade cumulativa para as receitas auferidas com serviços de informática, às alíquotas de 0,65% e 3,00% respectivamente, bem como o INSS Patronal à aliquota de 2,00% até o mês de novembro do exercício de 2015 e 4,5% apartir do mês de dezembro do mesmo exercício.

2.2 Julgamentos críticos na aplicação das políticas contábeis

A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos deteriorado e as perdas por *Impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *Impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo ou grupo de ativos que pode ser estimado de maneira confiável.

O montante da perda por *Impairment* é mensurada como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *Impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo

com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o *Impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, em um exercício subsequente, o valor da perda por *Impairment* diminuir e a redução puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *Impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

A Companhia, levando em consideração as premissas descritas anteriormente, avalia a recuperação do valor contábil dos ativos utilizando o conceito do "valor em uso", através de modelos de fluxo de caixa descontado das unidades geradoras de caixa, representativas dos conjuntos de bens tangíveis e intangíveis utilizados no desenvolvimento e venda de diferentes soluções aos seus clientes.

O processo de determinação do valor em uso envolve utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa, tais como taxas de descontos. As premissas sobre projeções de crescimento, do fluxo de caixa e dos fluxos de caixa futuro são baseadas no plano de negócios da Companhia, aprovado anualmente pela Administração, das condições econômicas que existirão durante a vida econômica das diferentes Unidades Geradoras de Caixa, conjunto de ativos que proporcionam a geração dos fluxos de caixa. Os fluxos de caixa futuros foram descontados com base na taxa representativa do custo de capital.

De forma consistente com as técnicas de avaliação econômica, a avaliação do valor em uso é efetuada por um exercício de cinco anos, e a partir de então, considerando-se a perpetuidade das premissas tendo em vista a capacidade de continuidade dos negócios por tempo indeterminado.

As taxas de crescimento utilizadas para extrapolar as projeções em 31 de dezembro de 2016, além do exercício de cinco anos variaram de 1% a 5% para um exercício de doze meses. Os fluxos de caixa futuros estimados foram descontados a taxa de desconto de 13,91% a.a., para cada unidade geradora de caixa analisada.

As principais premissas usadas nas estimativas do valor em uso são como segue:

- Receitas – as receitas foram projetadas entre 2017 e 2021 considerando o crescimento da base de clientes das diferentes Unidades Geradoras de Caixa.

- Custos e despesas operacionais – os custos e despesas foram projetados em linha com o desempenho histórico da Companhia, bem como, com o crescimento histórico das receitas e ganho de eficiência.

- Investimentos de capital – os investimentos em bens de capital foram estimados considerando a atual infraestrutura tecnológica necessária para viabilizar a oferta dos serviços, com base no histórico da Companhia e do crescimento projetado.

As premissas-chave foram baseadas no desempenho histórico da Companhia e em premissas macroeconômicas razoáveis e fundamentadas com base em projeções do mercado financeiro, documentadas e aprovadas pela Administração da Companhia.

3 Gestão de risco financeiro

3.1 Fatores de risco financeiro

O Grupo possui uma diretoria financeira responsável pela gestão de riscos, contando com a supervisão do Conselho de Administração e do Comitê de Auditoria Estatutário, e é responsável por definir a política, administrar os riscos e gerenciar os instrumentos financeiros através de sistemas de controle, os quais estabelecem limites de exposição cambial e juros, e definem a destinação dos recursos junto às instituições financeiras. As posições de todos os instrumentos financeiros bem como os resultados obtidos em relação aos objetivos propostos, são apresentadas e avaliadas mensalmente pela diretoria financeira e submetidas à apreciação do Conselho de Administração da

Companhia.

(a) Risco de Liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia e suas controladas em não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia e suas controladas são monitorados diariamente pelas áreas de Gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia e suas controladas.

(b) Risco de Crédito

Decorre de eventual dificuldade de cobrança dos valores dos serviços de manutenção e serviços prestados a seus clientes e das vendas de licenças.

A Companhia e suas controladas também estão sujeitas a risco de crédito proveniente de suas aplicações financeiras.

O risco de crédito relativo à prestação de serviços e venda de licenças é minimizado por um controle estrito da base de clientes e gerenciamento ativo da inadimplência por meio de políticas claras referentes à concessão de serviços e venda de licenças. Não há concentração de transações com clientes e historicamente o nível de inadimplência é muito baixa.

Com relação ao risco de crédito associado às instituições financeiras, a Companhia e suas controladas atuam de modo a diversificar essa exposição entre instituições financeiras de primeira linha.

(c) Risco de Mercado

Risco de Taxas de Juros e Inflação: O risco de taxa de juros decorre da parcela da dívida referenciada ao TJLP e INPC e aplicações financeiras referenciadas em CDI, que podem afetar negativamente as receitas ou despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros e inflação.

(d) Operações com derivativos

A Companhia não possui operações com derivativos de caráter especulativo.

(e) Análise de sensibilidade

Os principais riscos atrelados às operações da Companhia estão ligados à variação do Certificado do Depósito Interbancário (CDI) para as aplicações financeiras, à variação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) para empréstimos e financiamentos junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e às variações do Índice de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA), Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) e Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M) para correção de contratos com clientes e fornecedores e de obrigações por aquisição de investimentos.

Os instrumentos financeiros da Companhia são representados por caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, a pagar, empréstimos e financiamentos, e estão registrados pelo valor de custo, acrescidos de rendimentos ou encargos incorridos, os quais em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 se aproximam dos valores de mercado.

Os principais riscos atrelados às aplicações financeiras decorrem de variações nas taxas de rentabilidade dos ativos, como aplicações em CDB (Certificado de Depósito Bancário) e operações compromissadas, com juros médios equivalentes variando a 100% a 105% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário).

Por outro lado, os financiamentos referem-se a operações efetuadas dentro do programa para o desenvolvimento da indústria de software e serviços de tecnologia da informação (PROSOFT), para os quais o BNDES considera as condições de cada Companhia, na obtenção do empréstimo. Nessas condições, o valor registrado é o mais próximo do valor de mercado desses instrumentos financeiros.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras ao qual a Companhia estava exposta na data-base no 31 de dezembro de 2016, foram definidos três cenários diferentes. Com base em projeções divulgadas por instituições financeiras, foi obtida a projeção do CDI para os próximos 12 meses, cuja média foi de 8,93% para o ano de 2016 e este definido como cenário provável; a partir deste, foram calculadas variações de 25% e 50%. Foi atribuído às aplicações financeiras um rendimento médio de 102,5%, uma vez que nossas aplicações estão atreladas ao rendimento entre 100% a 105% do CDI.

Para cada cenário foi calculada a "receita financeira bruta", não levando em consideração a incidência de tributos sobre os rendimentos das aplicações. A data-base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2016, projetando um ano e verificando a sensibilidade do CDI com cada cenário.

Operação	31.12.2016 Consolidado	Risco	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Aplicações financeiras	18.959	CDI	8,93%	6,70%	4,46%
Média Juros equivalentes CDB(100% e 105%)		102,5% CDI	9,15%	6,86%	4,58%
Receita financeira			1.735	1.302	868

Com o objetivo de verificar a sensibilidade do indexador nas dívidas ao qual a Companhia está exposta na data-base de 31 de dezembro de 2016, foram definidos três cenários diferentes. Com base nos valores da TJLP e IPCA vigentes em 31 de dezembro de 2016, foi definido o cenário provável para o ano de 2016 e a partir deste calculadas variações de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para 2016. A data-base utilizada para os financiamentos foi de 31 de dezembro de 2016 projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

Operação	31.12.2016 Consolidado	Risco	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
BNDES - nº 11201401016	1.663	TJLP+1%	139	174	208
Taxa de variação			8,35%	10,44%	12,53%
BNDES – nº 14209211 (ii)	14.870	TJLP+1%	1.242	1.553	1.863
Taxa de variação			8,35%	10,44%	12,53%
Itaú Capital de Giro	2.629	CDI	8,93%	6,70%	4,46%
		102,5% CDI	9,15%	6,86%	4,58%
			241	180	120

A Companhia tem contratos de empréstimos, financiamentos, com cláusulas restritivas normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionados ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Essas cláusulas restritivas foram atendidas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações.

3.2 Gestão de capital

O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha um rating de crédito forte

perante as instituições e uma relação de capital ótima, a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas.

A Companhia controla sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. Para manter ajustada esta estrutura, a Companhia pode efetuar pagamentos de dividendos, retorno de capital aos acionistas, captação de novos empréstimos, emissão de notas promissórias e a contratação de operações com derivativos.

A Companhia considera dentro da estrutura de dívida líquida: empréstimos e financiamentos, menos caixa e equivalentes de caixa.

Em 2016, a estratégia do Grupo, que ficou inalterada em relação à de 2015, foi a de manter caixa liquido, ou seja, deter recursos, caixa e equivalente de caixa, superiores ao saldo de sua dívida. Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 podem ser assim sumariados:

	Consolidado	
	2016	**2015**
Total dos empréstimos (Nota 13)	19.214	13.855
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 7)	(26.405)	(47.872)
Caixa líquido	(7.191)	(34.017)
Total do patrimônio líquido	70.249	66.082
Total do capital	**63.058**	**32.065**

3.3 Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (Impairment), estejam próximos de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para o Grupo para instrumentos financeiros similares.

Conforme determina o CPC40/IFRS 7 – Instrumentos Financeiros, a Companhia deve classificar seus instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo, seguindo a seguinte hierarquia de técnicas de avaliação:

Nível 1 – preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

Nível 2 – informações diferentes dos preços negociados em mercado ativos incluídos no nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente. Este item não é aplicável a Companhia em 31 de dezembro de 2016

Nível 3 – técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado. Este item não é aplicável a Companhia em 31 de dezembro de 2016.

3.4 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(a) Instrumento financeiro por categoria

	Consolidado			
	Empréstimos e recebíveis	**Ativos ao valor justo por meio do resultado**	**Custo amortizado**	**Total**
31 de dezembro de 2015				
Ativos, conforme o balanço patrimonial				
Contas a receber de clientes	12.139			12.139
Caixa e equivalentes de caixa				
Caixa e bancos	4.807			4.807
Aplicações financeiras		43.064		43.064
	16.946	43.064		60.010

	Consolidado			
	Empréstimos e recebíveis	**Ativos ao valor justo por meio do resultado**	**Custo amortizado**	**Total**
31 de dezembro de 2015				
Passivo, conforme o balanço patrimonial				
Empréstimos e Financiamentos			13.856	13.856
Obrigações por aquisição de investimento			5.978	5.978
Fornecedores			928	928
			20.762	20.762

	Consolidado			
	Empréstimos e recebíveis	**Ativos ao valor justo por meio do resultado**	**Custo amortizado**	**Total**
31 de dezembro de 2016				
Ativos, conforme o balanço patrimonial				
Contas a receber de clientes	14.508			14.508
Caixa e equivalentes de caixa				
Caixa e bancos	7.446			7.446
Aplicações financeiras		18.959		18.959
	21.954	18.959		40.913

	Consolidado			
	Empréstimos e recebíveis	**Ativos ao valor justo por meio do resultado**	**Custo amortizado**	**Total**
31 de dezembro de 2016				
Passivo, conforme o balanço patrimonial				
Empréstimos e Financiamentos			19.214	19.214
Obrigações por aquisição de investimento			22.770	22.770
Fornecedores			669	669
			42.653	42.653

Seção C – Informações por segmento

4 Apresentação de informações por segmentos

As empresas do Grupo possuem como objetivo o fornecimento de produtos e serviços de informática em tecnologia, além de consultoria, visando o atendimento ao mercado financeiro. Muito embora os produtos sejam destinados a diversos segmentos dentro das instituições financeiras, estes não são controlados e gerenciados pela Administração como segmentos independentes, sendo os resultados do Grupo acompanhados, monitorados e avaliados de forma integrada.

Seção D – Estrutura do Grupo

5 Investimentos

(a) Movimentação dos investimentos

	Ágio na Intellectual Capital Ltda (i)	**Senior Solution Consultoria em Informática Ltda.**	**Senior Solution Serviços em Informática Ltda.**	**Controlpart Consultoria e Participações Ltda.**	**Att/ps Informática Ltda.**	**Total**
Saldo em 31 de dezembro de 2014	**5.354**	**17.069**	**1.160**	**5.252**		**28.835**
Aumento de Capital		4.500	550			5.550
Equivalência patrimonial		2.224	(1.024)	2.040		3.240
Aquisição de investimento		2.000				2.000
Distribuição de lucros		(42)		(1.762)		(1.804)
Impairment Goodwill	(1.900)					(1.900)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	**3.454**	**25.751**	**686**	**5.530**		**35.421**
Aumento de Capital			2.500			2.500

Aquisição de empresa (Nota 6)					40.005	40.005
Equivalência patrimonial		1.703	398	1.926		4.027
Distribuição de Dividendos		(2.606)		(2.972)		(5.578)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**3.454**	**24.848**	**3.584**	**4.484**	**40.005**	**76.375**

(i) Empresa incorporada pela Senior Solution S.A. em 22 de julho de 2008.

(b) Informações das controladas

					Total de investimento		Resultado de equivalência patrimonial	
Investimento direto	**Patrimônio líquido**	**Participação (%)**	**Ágio na aquisição - Goodwill**	**Resultado do exercício/ período**	**31.12.2016**	**31.12.2015**	**31.12.2016**	**31.12.2015**
Senior Solution Serviços em Informática Ltda.	3.584	100%		398	3.584	685	398	(1.024)
Senior Solution Consultoria em Informática Ltda.	24.848	100%		1.703	24.848	25.751	1.703	2.224
Controlpart Consultoria e Participações Ltda.	1.760	100%	2.724	1.926	4.484	5.531	1.926	2.040
Intellectual Capital Ltda.			3.454		3.454	3.454		
Att/ps Informática Ltda.	(8.802)	100,00%	40.005	(121)	40.005		(121)	
					76.375	**35.421**	**3.906**	**3.239**

(c) Investimentos indiretos

				Total de investimento		Resultado de equivalência patrimonial	
Investimento indireto	**Patrimônio líquido**	**Participação indireta (%)**	**Resultado do exercício/ período**	**31.12.2016**	**31.12.2015**	**31.12.2016**	**31.12.2015**
Aquarius Tecnologia e Informática Ltda	2.619	100%	563	2.619	3.601	563	1.373
Pleno Tecnologia e Sistemas Ltda (i)	158	100%	61	158	98	61	(153)

(i) No dia 01 de fevereiro de 2016, a Senior Solution Consultoria em Informática Ltda. ("Senior Consultoria") efetuou a incorporação da empresa investida Pleno Tecnologia & Sistemas Ltda. ("Pleno"), visando a redução dos custos de manutenção e administração de duas sociedades distintas, consolidando-as em uma única empresa, buscando a otimização administrativa e operacional.

6 Combinação de negócios

As combinações de negócios e novas aquisições de investimentos estão alinhadas com a estratégia da Companhia de especialização e consolidação do seu posicionamento em diferentes segmentos, além de trazer novas soluções para os clientes da Senior Solution S.A. através da diversificação de portfólio com soluções específicas de nicho.

a) Aquisição da Att/ps Informática S.A.

Em 28 de novembro de 2016 a Companhia celebrou o Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças por meio do qual adquiriu a totalidade das ações da att/PS Informática S.A. ("att/PS"). A transação envolveu o montante inicial de R$50.000 composto por (a) parcela à vista de R$ 35.000, desembolsada na data da aquisição, e (b) parcelas à prazo totalizando R$ 15.000 a serem pagas em uma prestação de R$ 4.200 vincenda em 28 de novembro de 2017, e dezesseis prestações trimestrais de R$ 675 pagas a partir de 01 de fevereiro de 2018.

A aquisição da att/PS representa, além de uma importante expansão e diversificação da base de clientes, a continuidade de uma estratégia bem sucedida de ampliar a oferta de produtos e serviços para os vários segmentos do setor financeiro.

O preço de aquisição final poderá ser acrescido de (c) uma parcela adicional de até R$ 14.000, paga em dezesseis prestações trimestrais de R$ 875 a partir de 31 de março de 2018, vinculada ao alcance de receita liquida entre R$ 50.000 e R$ 60.000 em 2017, e (d) uma parcela complementar equivalente a 20% da receita líquida que exceder R$ 60.000 em 2017. No término do exercício, com base na estimativa realizada pela Administração, o montante de R$ 5.637 foi considerado, provável e,portando, foi incluído como parte do preço de aquisição. No período de 12 meses findo em 31 de outubro de 2016, a receita líquida da att/PS foi de R$ 49.836.

O balanço patrimonial na data da aquisição, apresentava os seguintes saldos:

Att/ps Informática S.A.
BALANÇO PATRIMONIAL EM 28 DE NOVEMBRO DE 2016

	28/11/2016		28/11/2016
Ativo		Passivo	
Circulante		Circulante	
Disponibilidades	2.968	Empréstimos e financiamentos	2.133
Contas a receber	4.157	Fornecedores e prestadores de serviços	648
Despesas antecipadas	1.069	Salários, encargos sociais e provisões trabalhistas	9.759
Impostos a recuperar	1.265	Obrigações tributárias	61
Outros créditos a receber	875		
		Total do passivo circulante	12.601
Total do ativo circulante	10.334		
		Não circulante	
Não circulante		Empréstimos e financiamentos	754
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6.232	Provisão para contingências	17.554
Outros créditos	433		
		Total do passivo não circulante	18.308

	6.665	Patrimônio líquido	
Imobilizado	883	Capital social	5.575
Intangível	347	Reserva Legal	208
		Reserva de Capital	3
		Prejuízos acumulados	(18.466)
Total do ativo não circulante	7.895	Total do patrimônio líquido	(12.680)
Total do ativo	**18.229**	**Total do passivo e patrimônio líquido**	**18.229**

6.1 ATIVOS IDENTIFICÁVEIS ADQUIRIDOS E GOODWILL

a) Aquisição da Att/ps Informática S.A.

O valor justo dos ativos tangíveis e intangíveis presentes nas demonstrações contábeis da adquirida foram registrados na data da aquisição.

Os ativos intangíveis não reconhecidos nas demonstrações financeiras da adquirida foram registrados como ágio na data da transação. A alocação do preço de compra destes intangíveis foi registrada em 31 de dezembro de 2016. O método utilizado para a avaliação dos intangíveis foi baseado no fluxo de caixa descontado.

O valor justo dos ativos e passivos adquiridos na data da aquisição é o seguinte:

	Valor dos livros da Adquirida	**Ajuste de avaliação**	**Valor justo na Adquirida**
Os ativos e passivos decorrentes da aquisição são:			
Caixa e equivalentes de caixa	2.968		2.968
Clientes	4.157		4.157
Outros ativos	3.209		3.209
Ativo não circulante	7.895		7.895
Carteira de clientes		16.996	16.996
Software		6.161	6.161
Acordo de não competição		4.575	4.575
Marcas e patentes		1.664	1.664
Passivo circulante	(12.601)		(12.601)
Goodwill		40.005	40.005
Preço da transação			**75.029**
Provisão a pagar			5.637
Pagamento em dinheiro			51.083
Caixa e equivalentes de caixa na controlada adquirida			2.968
Saída de caixa na aquisição			**48.115**

Como complemento a informação mencionada destacamos as alocações efetuadas:

Segregação do Ágio na aquisição da Att/ps	
Valor investido	56.720

Patrimônio líquido de Att/ps na data base	-12.680
Ágio Gerado	**69.400**
Mais valia da marca	1.664
Mais valia da cláusula de não competição	4.575
Mais valia do software	6.161
Mais valia da carteira de clientes	16.996
Ágio Residual (*Goodwill*)	**40.005**

O laudo de avaliação dos ativos e passivos a valor justo, base para a determinação da alocação do preço das aquisições acima, foi elaborado em 20 de março de 2017 por especialistas independentes.

Seção E – Notas explicativas relevantes selecionadas

7 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2016	**31.12.2015**	**31.12.2016**	**31.12.2015**
Caixa			6	2
Bancos	2.869	672	7.440	4.806
Aplicações financeiras (i)	8.194	39.384	18.959	43.064
	11.063	**40.056**	**26.405**	**47.872**

(i) A Companhia tem políticas de investimentos financeiros que determinam que os investimentos se concentrem em valores mobiliários de baixo risco e são substancialmente remunerados com base em percentuais da variação dos Certificados de Depósito Interbancário (CDI). Portanto, referem-se a aplicações em fundos de investimento em renda fixa, Certificados de Depósitos Bancários (CDB) e operações compromissadas, com juros médios equivalentes variando de 95% a 102,5% do CDI e liquidez imediata, ou seja, sem carência para resgates.

8 CONTAS A RECEBER

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2016	**31.12.2015**	**31.12.2016**	**31.12.2015**
Valores faturados	1.265	1.058	9.282	4.491
Serviços a faturar (i)	604	3.832	5.839	7.865
(-) Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (ii)	(66)	(76)	(613)	(217)
	1.803	**4.814**	**14.508**	**12.139**

(i) O valor de Serviços a faturar refere-se a receita decorrente de serviços efetivamente prestado aos clientes, mas que até a data base das demonstrações financeiras não havia sido faturado.

(ii) Apresentamos abaixo a movimentação das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2014	**(100)**	**(125)**
Adições		(19)
Adições por aquisição de empresa		(103)
Reversões	24	7
Baixas		23
Saldo em 31 de dezembro de 2015	**(76)**	**(217)**

Adições		(38)
Adições por aquisição de empresa		(463)
Reversões		63
Baixas	10	42
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**(66)**	**(613)**

A seguir apresentamos os montantes a receber líquidos, por idade de vencimento (*aging list*):

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2016	**31.12.2015**	**31.12.2016**	**31.12.2015**
Serviços a faturar	604	3.832	5.839	7.865
A vencer	1.199	873	6.981	3.890
Contas vencidas – de 1 a 90 dias		83	1.572	354
Contas vencidas – de 91 a 180 dias			116	4
Contas vencidas – de 181 a 270 dias				
Contas vencidas – de 271 a 360 dias		26		26
Contas vencidas –mais de 360 dias				
	1.803	**4.814**	**14.508**	**12.139**

9 IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	31.12.201	**31.12.2015**	**31.12.2016**	**31.12.2015**
IRRF e IRPJ/CSLL a compensar (i)	1.167	2.054	2.877	3.987
PIS, COFINS e CS retidos na fonte (ii)	52	52	791	67
IR sobre aplicações financeiras			30	
	1.219	**2.106**	**3.698**	**4.054**

(i) Refere-se ao imposto de renda retido na fonte e as antecipações de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro durante o exercício.

(ii) Refere-se ao PIS, COFINS e contribuição social retidos na fonte no recebimento dos valores de notas fiscais emitidas por serviços prestados ou licenças de *software* contratadas.

10 INFORMAÇÕES SOBRE PARTES RELACIONADAS

a) PARTES RELACIONADAS COM EMPRESAS DO GRUPO

A tabela a seguir apresenta as informações referentes a saldos em aberto em 31 de Dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 entre a Controladora, suas controladas e administradores da Companhia:

						Controladora
	Valores devidos por partes relacionadas (Ativo)	**Valores devidos a partes relacionadas (Passivo)**	**Valores partes relacionadas (Resultado)**	**Valores devidos por partes relacionadas (Ativo)**	**Valores devidos a partes relacionadas (Passivo)**	**Valores partes relacionadas (Resultado)**
Partes relacionadas	**31.12.2016**			**31.12.2015**		
Senior Solution Serviços em Informática Ltda.	903		(2.057)	2.012		(1.855)

Senior Solution Consultoria em Informática Ltda.	914	(3.212)	908	(2.977)
Aquarius Tecnologia e Informática Ltda	214	(790)	213	(383)
Não Circulante (i)	**2.031**		**3.133**	
Resultado		**(6.059)**		**(5.215)**

(i) As transações entre as empresas do Grupo referem-se a compartilhamento de gastos, principalmente administrativos, e são executadas com base em contratos firmados. Não há quaisquer transações de compra e venda de produtos ou serviços entre as empresas. As transações são liquidadas financeiramente com prazo médio de 360 dias.

b) REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

A Companhia não tem nenhuma obrigação adicional de pós-emprego, bem como não oferece outros benefícios de longo prazo, tais como licença por tempo de serviço e outros benefícios por tempo de serviço. A Companhia também não oferece outros benefícios no desligamento de seus membros da alta Administração, além daqueles definidos pela legislação trabalhista vigente no Brasil.

Benefícios de curto prazo

Os benefícios de curto prazo incluem remuneração fixa (pró-labore), encargos sociais (contribuições para a seguridade social - INSS, e outros), previdência privada e remunerações variáveis como participação nos lucros e bônus, dependendo da modalidade de contratação de cada um.
Os desembolsos com remuneração dos principais executivos e administradores da Companhia e suas controladas, são resumidos como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2016	**31.12.2015**	**31.12.2016**	**31.12.2015**
Salários, honorários e encargos sociais	2.926	2.753	2.926	5.137
Benefícios	267	293	267	584
Bônus variáveis (i)	689	988	689	1.449
	3.882	**4.034**	**3.882**	**7.170**

(i) Refere-se aos bônus apurados com base nos resultados alcançados no exercício anterior.

c) PLANO DE REMUNERAÇÃO EM AÇÕES

O propósito do Plano de Remuneração em Ações ("**Plano**") é oferecer aos principais executivos da Companhia a oportunidade de multiplicar o valor do seu bônus financeiro anual ("**Bônus Anual**"), mediante a cessão pela Companhia de recursos financeiros adicionais ("**Bônus Adicional**"), que devem ser usados pelo executivo elegível ("**Favorecido**") para a aquisição de ações da Companhia ("**Ações**"). O Plano prevê que o valor do Bônus Adicional será calculado com base em um multiplicador, aplicado sobre o seu Bônus Anual que é outorgado pela Companhia no Programa de Participação de Lucros e Resultados ("**PPLR**").

O Bônus Anual será utilizado como base para a aplicação do multiplicador para fins de apuração de Bônus Adicional no âmbito deste Plano. O multiplicador varia de 50% a 80% dependendo da função exercida na Companhia.

A quantidade de ações a serem adquiridas por cada Favorecido será calculada como base em seu valor de mercado médio de um determinado período.

Do total de Ações adquiridas, o Favorecido passará a ter a sua titularidade (***Vesting***) à razão de 40% (quarenta por cento) do total após 12 (doze) meses da aquisição, 30% (trinta por cento) do total após 24 (vinte e quatro) meses da aquisição e os 30% (trinta por cento) remanescentes após 36 (trinta e

seis) meses da aquisição. A data da aquisição será considerada aquela em que a Companhia receber do Favorecido os valores relativos a Venda e que for celebrado o Acordo de Compra de Ações.
O preço de exercício das ações é calculado pelo valor médio de fechamento nos 90 dias anteriores ao momento da adesão, descontados 15% sobre o referido montante.

			PLANO DE REMUNERAÇÃO EM AÇÕES	
Período de *vesting*	**Direito ao exercício**	**Ações**	**Preço de exercício sem desconto** (em reais)	**Preço de exercício com desconto** (em reais)
12 meses	Abril de 2017	22.484	8,37	**7,11**
24 meses	Abril de 2018	16.864	8,37	**7,11**
36 meses	Abril de 2019	16.864	8,37	**7,11**
		56.212		

O Plano foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 30 de abril de 2015, o mesmo entrou em exercício em abril de 2016 com o montante de R$ 109 registrado contra o patrimônio líquido até 31 de dezembro de 2016.

11 IMOBILIZADO

a) Abertura do imobilizado

				Controladora	
				31.12.2016	**31.12.2015**
	Vida útil (anos)	**Custo**	**Depreciação Acumulada**	**Líquido**	**Líquido**
Instalações e benfeitorias	9 – 12	432	(248)	184	53
Aparelhos e materiais elétricos	9 – 12	259	(181)	78	106
Móveis e utensílios	9 – 12	540	(436)	104	145
Computadores e periféricos	4 – 5	1.020	(881)	139	201
		2.251	**(1.746)**	**505**	**505**

				Consolidado	
				31.12.2016	**31.12.2015**
	Vida útil (anos)	**Custo**	**Depreciação acumulada**	**Líquido**	**Líquido**
Instalações	9 - 12	746	(435)	311	86
Aparelhos e materiais elétricos	9 - 12	293	(193)	100	119
Móveis e utensílios	9 – 12	1.613	(1.229)	384	262
Computadores e periféricos	4 – 5	4.821	(4.029)	792	295
		7.473	**(5.886)**	**1.587**	**762**

b) Movimentação do imobilizado – Controladora

	Instalações e benfeitorias	**Aparelhos e materiais elétricos**	**Móveis e utensílios**	**Computadores e periféricos**	**Total**
Custo					
Saldos em 31 de dezembro de 2014	**254**	**238**	**538**	**953**	**1.983**

	Instalações e benfeitorias	Aparelhos e materiais elétricos	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Total
Adições	12	15		95	122
Baixas				(41)	(41)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	**266**	**253**	**538**	**1.007**	**2.064**
Adições	167	6	2	13	188
Baixas	(1)				(1)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	**432**	**259**	**540**	**1.020**	**2.251**
Depreciação					
Saldos em 31 de dezembro de 2014	**(202)**	**(121)**	**(359)**	**(788)**	**(1.470)**
Adições	(12)	(30)	(46)	(62)	(150)
Baixas	1	4	12	44	61
Saldos em 31 de dezembro de 2015	**(213)**	**(147)**	**(393)**	**(806)**	**(1.559)**
Adições	(36)	(34)	(43)	(75)	(188)
Baixas	1				1
Saldos em 31 de dezembro de 2016	**(248)**	**(181)**	**(436)**	**(881)**	**(1.746)**
Saldo líquido 31 de dezembro de 2015	**53**	**106**	**145**	**201**	**505**
Saldo líquido 31 de dezembro de 2016	**184**	**78**	**104**	**139**	**505**

c) Movimentação do imobilizado – Consolidado

	Instalações e benfeitorias	Aparelhos e materiais elétricos	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Total
Custo					
Saldos em 31 de dezembro de 2014	**379**	**257**	**1.062**	**2.630**	**4.328**
Adições	42	19	3	96	160
Adições por aquisição de empresa			46	93	139
Baixas			(8)	(38)	(46)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	**421**	**276**	**1.103**	**2.781**	**4.581**
Adições	250	17	6	10	283
Adições por aquisição de empresa	76		505	2.065	2.646
Baixas	(1)		(1)	(35)	(37)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	**746**	**293**	**1.613**	**4.821**	**7.473**
Depreciação					
Saldos em 31 de dezembro de 2014	**(322)**	**(129)**	**(731)**	**(2.265)**	**(3.447)**

	Instalações e benfeitorias	Aparelhos e materiais elétricos	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Total
Adições	(14)	(32)	(109)	(222)	(377)
Adições por aquisição de empresas			(32)	(43)	(75)
Baixas	1	4	31	44	80
Saldos em 31 de dezembro de 2015	**(335)**	**(157)**	**(841)**	**(2.486)**	**(3.819)**
Adições	(56)	(36)	(84)	(186)	(362)
Adições por aquisição de empresas	(45)		(305)	(1.392)	(1.742)
Baixas	1		1	35	37
Saldos em 31 de dezembro de 2016	**(435)**	**(193)**	**(1.229)**	**(4.029)**	**(5.886)**
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2015	**86**	**119**	**262**	**295**	**762**
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2016	**311**	**100**	**384**	**792**	**1.587**

12 INTANGÍVEL

a) Abertura do intangível

				Controladora	
				31.12.2016	31.12.2015
	Vida útil (anos)	Custo	Amortização acumulada e *impairment*	Líquido	Líquido
Direito de uso de softwares	5	308	(189)	119	75
Marcas e patentes		2.277		2.277	613
Softwares próprios		6.161		6.161	
Carteira de clientes		16.996		16.996	
Acordo de não competição		4.575		4.575	
		30.317	**(189)**	**30.128**	**688**

				Consolidado	
				31.12.2016	31.12.2015
	Vida útil (anos)	Custo	Amortização acumulada e *impairment*	Líquido	Líquido
Ágio na aquisição de controladas – *Goodwill*		55.683	(3.982)	58.187	12.057
Softwares próprios	5	11.561	(2.699)	7.870	3.301
Direito de uso de softwares	5	3.010	(2.456)	554	194
Carteira de clientes	10	25.466	(2.297)	18.089	7.124
Acordo de não competição	5	4.814	(145)	4.523	142
Marcas e patentes		7.126	(519)	6.338	5.209
		107.660	**(12.098)**	**95.561**	**28.027**

b) Movimentação do intangível – Controladora

	Direito de uso de softwares	Marcas e patentes	Software Próprio	Carteira de Clientes	Acordo de não Competição	Total
Custo						
Saldos em 31 de dezembro de 2014	**197**	**613**				**810**
Adições	36					36
Saldos em 31 de dezembro de 2015	**233**	**613**				**846**
Adições	24					24
Adições por aquisição de empresas (i)	51	1.664	6.161	16.996	4.575	29.447
Saldos em 31 de dezembro de 2016	**308**	**2.277**	**6.161**	**16.996**	**4.575**	**30.317**
Amortização						
Saldos em 31 de dezembro de 2014	**(108)**					**(108)**
Adições	(51)					(51)
Baixas	2					2
Saldos em 31 de dezembro de 2015	**(157)**					**(157)**
Adições	(32)					(32)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	**(189)**					**(189)**
Saldo líquido 31 de dezembro de 2015	**75**	**613**				**688**
Saldo líquido 31 de dezembro de 2016	**119**	**2.277**	**6.161**	**16.996**	**4.575**	**30.128**

(i) O valor apresentado refere-se a alocação do preço de compra da empresa Att/ps .

c) Movimentação do intangível – Consolidado

	Agio na aquisição de Controladas - *Goodwill*	Softwares próprios	Direito de uso de softwares	Valor da carteira de clientes	Acordo de não competição	Marcas e patentes	Total
Custo							
Saldos em 31 de dezembro de 2014	**10.377**	**3.072**	**534**	**6.592**	**239**	**4.911**	**25.725**
Adições	8.849		44				8.893
Adições por aquisição de empresa			1.952				1.952
Transferências	(3.187)	1.838	(1.210)	2.018		541	
Saldos em 31 de dezembro de 2015	**16.039**	**4.910**	**1.320**	**8.610**	**239**	**5.452**	**36.570**
Adições	69.400		116				69.516
Adição por aquisição de empresa			1.574				1.574
Transferências (Aquarius)	(361)	491		(140)		10	
Transferências (Att/ps)	(29.395)	6.160		16.996	4.575	1.664	
Saldos em 31 de dezembro de 2016	**55.683**	**11.561**	**3.010**	**25.466**	**4.814**	**7.126**	**107.660**

	Agio na aquisição de Controladas - *Goodwill*	Softwares próprios	Direito de uso de softwares	Valor da carteira de clientes	Acordo de não competição	Marcas e patentes	Total
Amortização							
Saldos em 31 de dezembro de 2014	**(2.082)**	**(614)**	**(265)**	**(659)**	**(48)**		**(3.668)**
Adições		(885)	(206)	(827)	(49)	(243)	**(2.210)**
Adições por aquisição de empresa			(760)				**(760)**
Baixas		(7)	2				**(5)**
Impairment (i)	(1.900)						**(1.900)**
Transferências		(103)	103				
Saldos em 31 de dezembro de 2015	**(3.982)**	**(1.609)**	**(1.126)**	**(1.486)**	**(97)**	**(243)**	**(8.543)**
Adições		(1.108)	(104)	(811)	(48)	(276)	**(2.347)**
Adição por aquisição de empresa			(1.226)				**(1.226)**
Baixas		18					**18**
Saldos em 31 de dezembro de 2016	**(3.982)**	**(2.699)**	**(2.456)**	**(2.297)**	**(145)**	**(519)**	**(12.098)**
Saldo líquido 31 de dezembro de 2015	**12.057**	**3.301**	**194**	**7.124**	**142**	**5.209**	**28.027**
Saldo líquido 31 de dezembro de 2016	**58.187**	**7.870**	**554**	**18.089**	**4.523**	**6.338**	**95.561**

(i) O teste de recuperação dos ativos da Companhia (*Impairment*), que é realizado anualmente, resultou nesta provisão para o ágio proveniente da aquisição da Intellectual (Intellectual Capital Ltda.), empresa incorporada pela Senior Solution S.A. em 2008, visto que o valor estimado de mercado foi inferior ao valor líquido contábil na data da avaliação.

13 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

			Controladora		Consolidado	
	Encargos	**Vencimento**	**31.12.2016**	**31.12.2015**	**31.12.2016**	**31.12.2015**
BNDES – nº 11201401016 (i)	TJLP + 1% a.a.	15/08/2018	1.663	3.087	1.663	3.088
BNDES – nº 14209211 (ii)	TJLP + 1,1% a.a.	15/12/2020	14.870	11.000	14.870	11.000
Itaú Capital de Giro	CDI	30/11/2018			2.629	
Cartão BNDES					180	
Ajuste a valor presente				(232)	(128)	(232)
Total			**16.533**	**13.855**	**19.214**	**13.856**
Circulante			5.295	1.258	7.384	1.258
Não circulante			11.238	12.597	11.830	12.598

(i) Este contrato possui como garantia o aval dos intervenientes controladores da Companhia.
(ii) Este contrato possui como garantia carta fiança emitida no mesmo valor por instituição financeira atendendo aos critérios e exigências do BNDES.

Os montantes a longo prazo dos empréstimos e financiamentos seguem o seguinte fluxo de amortização, por trimestre de vencimento:

	Controladora	Consolidado
	31.12.2016	**31.12.2016**
2018	4.504	5.081
2019	3.368	3.383
2020	3.366	3.366
Não Circulante	**11.238**	**11.830**

COVENANTS

O contrato de financiamento BNDES – nº 11201401016 possui cláusulas restritivas (covenants) normalmente aplicáveis a esse tipo de operação, relacionadas ao atendimento de determinados índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Em 31 de dezembro de 2016 a Companhia cumpriu as cláusulas restritivas.

O contrato de financiamento BNDES – nº 14209211 não possui cláusulas restritivas relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros.

14 SALÁRIOS, ENCARGOS SOCIAIS E PROVISÕES TRABALHISTAS

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2016	**31.12.2015**	**31.12.2016**	**31.12.2015**
Salários e honorários a pagar			1.453	73
INSS/FGTS a recolher	467	487	2.021	1.200
IRRF sobre salários	381	290	1.634	650
Provisão para férias	1.491	1.143	6.408	2.978

Bônus, comissão e participação nos resultados (i)	1.551	1.470	2.392	1.714
Acordos trabalhistas a pagar			2.762	
Outros	14	6	85	12
	3.904	**3.396**	**16.755**	**6.627**

(i) A provisão para bônus e participação de resultados é registrada mensalmente, e depende do atingimento das metas corporativas e individuais dos colaboradores. O pagamento desses proventos ocorre sempre no mês de abril do exercício subsequente ao de apuração dos resultados.

15 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2016	**31.12.2015**	**31.12.2016**	**31.12.2015**
IR e CS a recolher	10	123	69	352
ISS a recolher	142	210	629	595
PIS/COFINS a recolher	73	130	351	295
Outros impostos a pagar		1	1	2
	225	**464**	**1.050**	**1.244**

16 OBRIGAÇÕES POR AQUISIÇÃO DE INVESTIMENTO

Referem-se a obrigações de parcelas a pagar por aquisição dos investimentos efetuados pela Companhia e suas controladas, negociadas com pagamento parcelado. Estão registradas no passivo circulante e não circulante, conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2016	**31.12.2015**	**31.12.2016**	**31.12.2015**
Aquisição Controlpart Consultoria e Participações Ltda.	366	366	366	366
Aquisição Drive Consultoria e Informática Ltda.			778	1.406
Aquisição Aquarius Tecnologia e Informática Ltda			500	1.217
Aquisição Pleno				700
Aquisição Att/ps Informática S.A.	4.426		4.426	
Ajuste a valor presente	(18)	(24)	(81)	(191)
Passivo circulante	**4.774**	**342**	**5.989**	**3.498**
Aquisição Controlpart Consultoria e Participações Ltda	854	1.220	854	1.220
Aquisição Drive Consultoria e Informática Ltda				778
Aquisição Aquarius Tecnologia e Informática Ltda			84	583
Aquisição Att/ps Informática S.A.	10.228		10.228	
Aquisição Att/ps Informática S.A. – parcela adicional (i)	5.637		5.637	
Ajuste a valor presente	(20)	(38)	(22)	(102)
Passivo não circulante	**16.699**	**1.182**	**16.781**	**2.479**
Obrigações por aquisição de investimento	**21.473**	**1.524**	**22.770**	**5.977**

(i) Em 31 de dezembro de 2016, com base na estimativa realizada pela Administração, o montante de R$ 5.637 foi considerado, provável de pagamento, e portando, foi incluído como parte do preço de aquisição.

O saldo do passivo não circulante segue o seguinte fluxo de amortização, por trimestre de vencimento:

	Controladora	Consolidado
	31.12.2016	**31.12.2016**
2018	3.467	3.549
2019	4.616	4.616
2020	4.370	4.370
2021	4.246	4.246
	16.699	**16.781**

17 PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de natureza tributária, cível e trabalhista. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade da constituição de provisão para contingências, no qual julga suficiente para fazer face às perdas esperadas com o desfecho destes.

O quadro a seguir apresenta a posição das provisões para perdas prováveis e depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, e estas referem-se a processos judiciais trabalhistas em andamento e risco previdenciário.

	Controladora				Consolidado			
	31.12.2016		31.12.2015		31.12.2016		31.12.2015	
	Provisão (Passivo)	Depósitos judiciais (Ativo)	Provisão (Passivo)	Depósitos judiciais (Ativo)	Provisão (Passivo)	Depósitos judiciais (Ativo)	Provisão (Passivo)	Depósitos judicais (Ativo)
Trabalhistas e previdenciários	2.369	163	1.467	121	19.661	1.441	2.244	182

Abaixo demonstramos a movimentação da provisão para contigência:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2014	**1.278**	**1.889**
Adições	258	427
Pagamentos		(3)
Reversões	(69)	(69)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	**1.467**	**2.244**
Adições	1.219	1.813
Adição por aquisição de empresa (i)		16.163
Pagamentos	(87)	(338)
Reversões	(230)	(221)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**2.369**	**19.661**

(i) Refere-se a processos da Att/ps relacionados a: (i) processos trabalhistas no montante de R$ 960; (ii) processos tributários no montante de R$ 3.108; e (iii) processos cíveis no montante de R$ 12.185.

A Companhia e suas controladas também são parte de ações trabalhistas e tributárias cujo risco de perda, de acordo com seus consultores legais e a Administração da Companhia, é classificada como

possível, para os quais nenhuma provisão foi reconhecida. O montante referente ao valor da causa atualizado, relativo a essas ações, corresponde a R$1.206 em 31 de dezembro de 2016 (2015 – R$2.800).

a) Trabalhista

De uma maneira geral, os processos trabalhistas versam sobre horas extras, adicional de insalubridade e/ou periculosidade, equiparação salarial, férias, dano moral decorrente de ações acidentárias, doença profissional, responsabilidade subsidiária envolvendo empresas prestadoras de serviços, entre outros.

b) Previdenciário

Os administradores da Companhia revisam tempestivamente o risco de autuações de matéria previdenciária, agindo sempre que necessário para mitigar sua exposição a questionamentos e multas em caso de fiscalização dos órgãos competentes. Ao mesmo tempo sempre que uma perda é percebida como possível a Administração realiza provisões que acredita ser suficiente para cobrir as referidas contingências.

18 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

18.1 Capital Social

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 é de R$ 50.561, e o capital está representado por 11.787.203 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. Os titulares das ações ordinárias tem direito a um voto por ação nas assembleias de acionistas da Companhia.

O quadro abaixo apresenta a quantidade de ações detidas por acionistas titulares de 5% ou mais das ações ordinárias de emissão da Companhia, além das ações em tesouraria.

	31.12.2016	
Acionistas	**Quantidade de ações**	**%**
HIX Capital	1.688.299	14,3%
BNDES Participações S.A	1.347.960	11,4%
Bernardo Francisco Pereira Gomes	1.329.265	11,3%
Antonio Luciano de Camargo Filho	1.319.217	11,2%
Una Capital Ltda.	884.730	7,5%
FIA Focus Eac	623.700	5,3%
Tesouraria	599.400	5,1%
Outros acionistas	3.994.632	33,9%
Total	**11.787.203**	**100%**

18.2 Dividendos e Juros sobre Capital Próprio

Em 24 de agosto de 2016 foi aprovado, pelo Conselho de Administração, nos termos do Art. 12, alínea "ee" do Estatuto Social da Companhia, aprovação, ad referendum da Assembleia Geral Ordinária de 2017, do pagamento de proventos intercalares referentes ao primeiro semestre de 2016, contemplando a distribuição de lucros no montante de R$ 1.257 a título de juros sobre o capital próprio, equivalente ao valor bruto de R$ 0,112250132 por ação.

O valor distribuído a título de juros sobre o capital próprio estará sujeito a imposto de renda retido na fonte à alíquota de 15%, exceto para os acionistas comprovadamente imunes ou isentos ou domiciliados em países ou jurisdições para os quais a legislação estabeleça alíquota diversa.

Terão direito ao pagamento os acionistas que constarem da base acionária em 29 de agosto de 2016, e as ações serão negociadas "ex" proventos a partir de 30 de agosto de 2016, inclusive. O pagamento foi realizado no dia 12 de setembro de 2016, sem qualquer atualização monetária.

	Controladora e Consolidado
Lucro líquido em 31 de Dezembro de 2016	8.282
Contituição da reserva legal – 5% (Artigo 193 da Lei nº. 6.404)	(414)
Lucro líquido após destinação para a reserva legal	**7.868**
Dividendo mínimo obrigatório - 25%	1.967
Juros sobre o capital próprio	1.068
IRRF sobre juros sobre o capital próprio (i)	189
Distribuição de lucros realizada em 12 de setembro de 2016	**1.257**
Juros sobre o capital próprio	899
IRRF sobre juros sobre o capital próprio (i)	159
Distribuição de lucros a ser realizada	**1.058**

(i) A Companhia efetua a distribuição de lucros via Juros Sobre Capital Próprio (JCP) até a dedutibilidade máxima, por conta do benefício fiscal de 34% sobre a despesa correspondente. Assim sendo, o cálculo dos JCP considera o acréscimo do imposto ("*gross-up*") equivalente à alíquota de 15% com o objetivo de não onerar seus acionistas pela retenção do imposto de renda retido na fonte.

Adicionalmente, durante o primeiro trimestre de 2016, a Companhia pagou dividendos adicionais referente a 2015, no montante de R$ 975.

18.3 Reservas de lucros

Foi deliberada pela administração e aprovada pelos acionistas da Companhia em Assembléia Geral realizada em 30 de abril de 2016 a destinação da parcela dos lucros não distribuídos referentes ao exercício de 2015 para reserva de lucros, para fazer face ao orçamento de capital para expansão do negócio, também aprovado na referida Assembléia.

18.4 Ações em tesouraria

Em reunião realizada em 26 de agosto de 2015, o Conselho de Administração aprovou a abertura do terceiro programa de recompra de ações ordinárias, que compreende a aquisição de até 700.000 ações ordinárias, o programa tem vigência até 24 de agosto de 2016.

Durante o exercício de 2016 foram adquiridas 78.800 ações (88.300 ações em 2015), pelo montante de R$706, totalizando 599.400 ações (preço médio por ação de R$8,48) (520.600 ações em 2015).

Em reunião realizada em 05 de setembro de 2016, o Conselho de Administração aprovou a abertura do quarto Programa de Recompra de Ações (" Programa"). O programa compreende a aquisição de até 295.500 ações e sua vigência se dará até o data de 04 de setembro de 2017.

19 RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2016	**31.12.2015**	**31.12.2016**	**31.12.2015**
Consultoria e Projetos	2.316	740	9.082	8.986
Outsourcing	9.688	9.232	29.753	26.080
Software	22.021	21.519	56.952	48.446
Receita bruta de serviços	**34.025**	**31.491**	**95.787**	**83.512**
ISS	(1.249)	(1.159)	(3.618)	(3.369)
PIS e COFINS	(1.242)	(1.149)	(3.483)	(3.023)
INSS patronal	(1.547)	(764)	(4.128)	(1.816)
Impostos sobre venda	**(4.038)**	**(3.072)**	**(11.229)**	**(8.208)**
Consultoria e Projetos	2.048	655	8.152	8.138
Outsourcing	8.414	8.211	25.939	23.321
Software	19.525	19.553	50.467	43.845
Receita operacional líquida	**29.987**	**28.419**	**84.558**	**75.304**

A média de incidência de impostos sobre as vendas no período foi de 11,7% para o Consolidado, abrangendo o PIS/PASEP (Programa de Integração Social), a COFINS (Contribuição Financeira para a Seguridade Social), o ISSQN (Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza) e o INSS patronal (Instituto Nacional do Seguro Social).

20 CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS

a) Custos dos serviços prestados

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2016	**31.12.2015**	**31.12.2016**	**31.12.2015**
Serviços de terceiros	2.411	1.342	5.788	6.582
Pessoal, encargos sociais e benefícios	15.408	12.447	47.084	37.947
Outros custos	349	371	1.130	730
	18.168	**14.160**	**54.002**	**45.259**

b) Custos com pesquisa e desenvolvimento

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2016	**31.12.2015**	**31.12.2016**	**31.12.2015**
Serviços de terceiros	18	45	18	45
Pessoal, encargos e benefícios	1.601	2.297	1.604	2.781
	1.619	**2.342**	**1.622**	**2.826**

21 DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2016	**31.12.2015**	**31.12.2016**	**31.12.2015**
Serviços de terceiros	445	581	1.440	1.792
Pessoal, encargos e benefícios	2.715	2.543	9.172	8.525
Comissões	173	307	513	577
Aluguéis, seguros, condomínios e outros	1.303	1.132	2.595	2.360
Complemento de provisão para bônus e participação nos resultados	586	656	455	1.116
Reversão com perdas Estimadas de crédito de devedores Duvidosos		(24)	(25)	(12)
Complemento de provisão para contingência, líquido de reversão	989	188	1.591	358
Energia, comunicação e outros	798	729	1.140	1.067
Consultores, advogados e auditores	401	383	1.058	746
Publicidade e propaganda	246	245	397	504
Despesas com passagens e estadias	66	86	297	228
Outros gastos	124	117	298	216
Provisão para *impairment*		1.900		1.900
Depreciação e amortização	219	179	2.689	2.554
	8.065	**9.022**	**21.620**	**21.931**

22 RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2016	**31.12.2015**	**31.12.2016**	**31.12.2015**
Despesas financeiras:				
Juros de aquisição de investimento	(341)	(241)	(1.039)	(540)
Juros sobre empréstimos	(1.338)	(881)	(1.337)	(886)
Despesas bancárias	(16)	(16)	(35)	(32)
Ajuste a valor presente	(256)	(320)	(424)	(541)
Despesas com IOF	(49)	(4)	(57)	(6)
Outras despesas financeiras	(1)	(1)	(2)	(29)
Receitas financeiras:				
Rendimento de aplicação financeira	5.306	4.696	6.267	5.362
Juros ativos	216	164	415	541
Ajuste a valor presente			(20)	151
Outras receitas financeiras	23	23	50	37
Ajuste parcela adicional M&A (i)			199	
	3.544	**3.420**	**4.017**	**4.057**

(i) Refere-se ao ajuste (reversão de juros) realizado na parcela adicional paga pela aquisição das empresas Aquarius Tecnologia e Pleno Tecnologia.

23 PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O imposto de renda e a contribuição social correntes foram computados de acordo com as alíquotas vigentes e o imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias e sobre o prejuízo fiscal e a base negativa acumulados.

a) Imposto de renda corrente e diferido

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

	Controladora	
	31.12.2016	**31.12.2015**
Lucro antes dos impostos	**9.585**	**9.554**
Imposto pela alíquota nominal (34%)	3.259	3.248
Ajustes para demonstração da taxa efetiva:		
Compensação de prejuízos fiscais		(528)
Provisão para pagamento de bônus e participação nos resultados	136	237
Provisões trabalhistas	(4)	72
Equivalência patrimonial	(1.328)	(1.101)
Pesquisa e desenvolvimento – Lei do Bem		(964)
Pagamento de associação de classes e diferenças temporárias	114	(65)
Provisão para impairment		646
Juros sobre capital próprio	(813)	(1.889)
PAT e outras diferenças permanentes	(27)	14
Ajuste a valor presente	87	109
Parcela isenta da alíquota adicional	(24)	(24)
Outras provisões	(97)	
Imposto tributário pela alíquota efetiva	**1.303**	**(245)**

	Controladora	
	31.12.2016	**31.12.2015**
Lucro antes dos impostos	**9.585**	**9.554**
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	**(1.303)**	**245**
Imposto de renda e contribuição social corrente	(1.683)	815
Imposto de renda e contribuição social diferido	380	(570)
Alíquota efetiva imposto (crédito) tributário	(14%)	3%

	Consolidado	
	31.12.2016	**31.12.2015**
Lucro antes dos impostos	**11.331**	**9.345**
Imposto tributário pela alíquota oficial combinada (34%)	3.853	3.178
Ajustes para demonstração da taxa efetiva:		
Compensação de prejuízos fiscais		(1.601)
Ajustes receita por competência	239	55
Provisão para pagamento de bônus e participação nos resultados	167	351
Provisões trabalhistas	(10)	98
Reversão de provisão para devedores duvidosos	(27)	
Pesquisa e desenvolvimento – Lei do Bem		(1.618)
Pagamento de associação de classes e diferenças temporárias	152	(117)
Provisão para *impairment*		646

Juros sobre capital próprio	(813)	(1.889)
PAT e outras diferenças permanentes	(42)	11
Ajuste a valor presente	144	132
Amortização de ágio dedutível	(336)	
Parcela isenta da aliquota adicional	(98)	(48)
Prejuízo fiscal	189	553
Diferença de regime tributário – Lucro presumido (i)	(252)	(205)
Outras Provisões	(117)	
Imposto tributário pela alíquota efetiva	**3.049**	**(454)**

	Consolidado	
	31.12.2016	**31.12.2015**
Lucro antes dos impostos	**11.331**	**9.345**
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	**(3.049)**	**454**
Imposto de renda e contribuição social corrente	(3.260)	514
Imposto de renda e contribuição social diferido	211	(60)
Alíquota efetiva imposto (crédito) tributário	(27%)	5%

(i) A controlada Controlpart Consultoria e Participações Ltda. segue o regime de apuração de imposto de renda e contribuição social por meio do lucro presumido, apurando no período R$ 578 de provisão.

b) Imposto de renda e contribuição social diferido – ativo

Abaixo a composição do imposto de renda e contribuição social diferidos:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2016	**31.12.2015**	**31.12.2016**	**31.12.2015**
Ativo não circulante				
Prejuízo fiscal e base negativa - Senior Solution S.A.	306	988	306	988
Prejuízo fiscal e base negativa - Senior Solution Serviços em Informática Ltda.			1.680	1.717
Prejuízo fiscal e base negativa - Senior Solution Consultoria em Informática Ltda.			1.127	1.314
Prejuízo fiscal e base negativa - Aquarius Tecnologia e Informática Ltda.			144	327
Prejuizo fiscal e base negativa ATT/os			435	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	22	26	201	39
Provisão para participação nos lucros	490	500	621	577
Provisão para contingência e outras obrigações	805	499	6.626	763
Ágio em combinação de negócios (i)			1.023	918
Outras provisões	(10)	87	14	129
Serviços a faturar	(205)	(1.303)	(1.403)	(2.297)
Adiantamento de clientes	59	193	376	298
Impostos incidentes sobre ajuste de receita por competência (ii)	19	116	153	206
Total IR / CS diferido ativo	**1.486**	**1.106**	**11.303**	**4.979**

(i) No dia 01 de janeiro de 2014, a Senior Solution Consultoria em Informática Ltda. ("Senior Consultoria") efetuou a incorporação da empresa investida Drive Consultoria e Informática Ltda. ("Drive"), e no dia 01 de fevereiro de 2016 efetuou a incorporação da investida Pleno Tecnologia & Sistemas Ltda. visando a redução dos custos de manutenção e administração de duas sociedades distintas, consolidando-as em uma única empresa, buscando a otimização administrativa e operacional. Com a incorporação, a Senior Consultoria passa a se beneficiar da amortização fiscal do ágio gerado na aquisição da Drive e da Pleno, dentro do período determinado pela legislação em vigor. No âmbito do processo de alocação do preço de compra (*Purchase Price Allocation - PPA*, em inglês), de identificação e avaliação dos ativos (tangíveis e intangíveis) da transação, a Administração registrou, no momento da incorporação, o imposto de renda e contribuição social diferido proveniente dos ativos intangíveis não amortizáveis contabilmente, ou seja, ativos intangíveis que não possuem vida útil definida e, por isso, se configuram como diferenças temporárias na apuração do imposto de renda e contribuição social corrente. Abaixo, apresentamos a composição dos itens intangíveis considerados na composição do imposto de renda e contribuição social diferido:

	Consolidado
Imposto de renda e contribuição social diferido (34%) – saldo em 31.12.2015	**918**
Intangíveis da aquisição da Pleno não amortizáveis contabilmente	
Goodwill	1.478
Imposto de renda e contribuição social diferido (34%) – saldo em 31.12.2016	**503**
Movimentação	
Amortização fiscal considerada no ano de 2016	
Goodwill	(107)
Marcas e patentes	(291)
Total	**(398)**
Imposto de renda e contribuição social diferido – saldo em 31.12.2016	**1.023**

(ii) Abrange o PIS/PASEP (Programa de Integração Social), a COFINS (Contribuição Financeira para a Seguridade Social), o ISSQN (Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza) e o INSS patronal (Instituto Nacional do Seguro Social).

c) Imposto de renda e contribuição social diferido - resultado

Apresentamos abaixo, a reconciliação do imposto de renda e contribuição social diferido reconhecido no resultado do período:

	Controladora		
	31.12.2016	**31.12.2015**	**Variação**
Imposto de renda e contribuição e contribuição social diferido – ativo	1.486	1.106	380
Imposto de renda e contribuição social diferido – resultado			**380**

	Consolidado		
	31.12.2016	**31.12.2015**	**Variação**
Imposto de renda e contribuição e contribuição social diferido – ativo	11.303	4.979	6.324

Imposto de renda e contribuição social diferido por aquisição de Investimento	(6.113)	(6.113)
Imposto de renda e contribuição social diferido – resultado		**211**

A Companhia, com base em projeções de resultados tributáveis de exercícios futuros, aprovadas pelo Conselho de Administração, estima recuperar os créditos tributários diferidos atuais em um prazo inferior a 5 anos.

24 LUCRO POR AÇÃO

O cálculo do lucro básico por ação é feito por meio da divisão do lucro líquido do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período.

O lucro diluído por ação é calculado por meio da divisão do lucro líquido do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas em ações ordinárias.

Os quadros abaixo apresentam os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros básico e diluídos por ação:

	Controladora e Consolidado	
	31.12.2016	**31.12.2015**
Resultado básico e diluído por ação		
Numerador		
Lucro líquido do período atribuído aos acionistas da Companhia	8.282	9.799
Denominador		
Média ponderada de número de ações ordinárias	11.199.761	11.322.586
Resultado básico e diluído por ação (em reais)	**0,739**	**0,866**

25 SEGUROS

A Companhia e suas controladas, com base na avaliação de seus consultores, mantêm coberturas de seguros por montantes considerados suficientes para cobrir riscos sobre seus ativos próprios, alugados e os decorrentes de arrendamento mercantil e de responsabilidade civil.

A política de seguro leva em conta a dispersão geográfica e o valor individual dos ativos utilizados e o fato de que a Companhia e suas controladas são empresas prestadoras de serviços; logo, é menos dependente de ativos tangíveis do que uma empresa industrial.

Os ativos segurados são as máquinas e equipamentos e a edificação onde a Companhia e suas controladas estão instaladas.

Seção F – Políticas contábeis

26 RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

26.1 CONSOLIDAÇÃO

As seguintes práticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia detém o controle. A Senior Solution S.A. controla uma entidade quando está exposta ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Senior Solution S.A. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Senior Solution S.A. deixa de ter o controle.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas da Companhia são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*Impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Senior Solution S.A.

A Companhia usa o método de aquisição para contabilizar as combinações de negócios. A contraprestação transferida para a aquisição de uma controlada é o valor justo dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais emitidos pela Companhia. A contraprestação transferida inclui o valor justo de ativos e passivos resultantes de um contrato de contraprestação contingente, quando aplicável. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. A Companhia reconhece a participação não controladora na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora é determinada em cada aquisição realizada. O excesso da contraprestação transferida e do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo da participação da Companhia nos ativos líquidos identificáveis adquiridos é registrada como ágio (*goodwill*). Nas aquisições em que a Companhia atribui valor justo aos não controladores, a determinação do ágio inclui também o valor de qualquer participação não controladora na adquirida, e o ágio é determinado considerando a participação da Companhia e dos não controladores. Quando a contraprestação transferida for menor que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado do exercício.

Os resultados das subsidiárias adquiridas e/ou incorporadas durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015 e de 2016 estão incluídos nas demonstrações dos resultados desde a data da sua aquisição e/ou incorporação. Dessa forma, para fins de comparação dos resultados da controladora e consolidado entre 2015 e de 2016, devem ser consideradas as datas de aquisição e incorporação dos resultados de cada subsidiária.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações das Companhias Senior Solution Consultoria em Informática Ltda., Senior Solution Serviços em Informática Ltda, Controlpart Consultoria e Participações Ltda, Aquarius Tecnologia e Informática Ltda, Pleno Tecnologia e Sistemas Ltda. e Att/ps Informática S.A.

26.2 CONVERSÃO DE MOEDA ESTRANGEIRA

a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas do Grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em R$ (reais), que é a moeda funcional da Companhia e também a moeda de apresentação do Grupo.

b) Conversão de saldos denominados em moeda estrangeira

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando qualificadas como *hedge accounting* e, portanto, diferidos no patrimônio como operações de *hedge* de fluxo de caixa e operações de *hedge* de investimento líquido.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira. Todos os outros ganhos e perdas cambiais são apresentados na demonstração do resultado como "Outros ganhos (perdas), líquidos".

As alterações no valor justo dos títulos monetários em moeda estrangeira, classificados como disponíveis para venda, são separadas entre as variações cambiais relacionadas com o custo amortizado do título e as outras variações no valor contábil do título. As variações cambiais do custo amortizado são reconhecidas no resultado, e as demais variações no valor contábil do título são reconhecidas no patrimônio.

As variações cambiais de ativos e passivos financeiros não monetários, como os investimentos em ações classificadas como mensuradas ao valor justo através do resultado, são reconhecidos no resultado como parte do ganho ou da perda do valor justo. As variações cambiais de ativos financeiros não monetários, por exemplo, os investimentos em ações classificadas como disponíveis para venda, estão incluídas na conta "Ajustes de avaliação patrimonial" no patrimônio.

26.3 AJUSTE A VALOR PRESENTE

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência de exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis.

As principais contas sujeitas a ajustes a valor presente são: empréstimos e financiamentos e obrigações por aquisição de investimentos (tanto no curto quanto no longo prazo).

O cálculo de valor presente dos empréstimos e financiamentos e obrigações por aquisição de investimentos foi efetuado seguindo a metodologia a seguir. Calculamos o valor futuro das amortizações mensais à taxa de juros contratada do financiamento. No segundo passo, calculamos o valor presente das mesmas parcelas pela taxa de desconto obtida pela WACC (*Weighted Average Cost Of Capital*). A diferença entre o valor da dívida registrada e o valor presente calculado constitui o montante de ajuste.

26.4 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, resgatáveis no prazo de até 90 dias das datas das transações, com risco insignificante de mudança de valor e que são prontamente conversíveis em um montante conhecido

de caixa. Em sua maioria são classificadas na categoria de “ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado”.

26.5 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

26.5.1 CLASSIFICAÇÃO

A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 a Companhia não possuía ativos financeiros classificados como disponíveis para venda.

Os ativos financeiros são apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço.

a) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "resultado financeiro" no período em que ocorrem, a menos que o instrumento tenha sido contratado em conexão com outra operação. Nesse caso, as variações são reconhecidas na mesma linha do resultado afetada pela referida operação.

Nesta categoria também se enquadram os investimentos em coligada ou em controlada, cuja parcela da participação seja detida indiretamente por meio de organização de capital de risco, independentemente de a organização de capital de risco exercer influência significativa sobre essa parcela da participação conforme CPC 18 (R2).

b) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem, principalmente, "Contas a receber de clientes e demais contas a receber" e "Caixa e equivalentes de caixa”.

26.5.2 RECONHECIMENTO E MENSURAÇÃO

As compras e as vendas de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo e os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os dividendos de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, como exemplo as ações, são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de outras receitas, quando é estabelecido o direito da Companhia de receber dividendos.

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Se o mercado de um ativo financeiro (e de títulos não listados em Bolsa) não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, análise de fluxos de caixa descontados e modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela administração da própria entidade.

26.5.3 COMPENSAÇÃO DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte.

26.5.4 *IMPAIRMENT* DE ATIVOS FINANCEIROS

Ativos mensurados ao custo amortizado

O Grupo avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

O montante da perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, o Grupo pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado

26.6 INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS E ATIVIDADES DE *HEDGE*

Inicialmente, e em os havendo, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo com as variações do valor justo lançadas contra resultado.

A Companhia não efetuou contratação de instrumentos financeiros derivativos no exercício.

26.7 CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pelo licenciamento de *softwares*, prestação de serviços de informática e consultoria no curso normal das atividades do Grupo. Se o prazo de recebimento é equivalente há um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, são apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são avaliadas no momento inicial pelo valor presente e deduzidas da provisão para crédito de liquidação duvidosa (*Impairment*), a qual é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que o Grupo não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. Para o cálculo do valor recuperável, a Companhia efetua mensalmente uma análise individual das notas fiscais em aberto. Algumas características são analisadas e sinalizam a necessidade de provisionamento, como (i) serviços não prestados adequadamente nos termos definidos nos contratos; (ii) notas fiscais com valores ou informações incorretas; (iii) ausência de evidência de que todos os riscos e benefícios inerentes aos serviços foram transferidos para o cliente; e (iv) não é provável que os benefícios econômicos serão gerados em favor da Companhia.

Além da análise da existência de alguma das características mencionadas acima, a Companhia efetua o registro de perda estimada em crédito de liquidação duvidosa para notas fiscais cujo atraso no recebimento supera 9 meses da data de vencimento original, mesmo que na análise individual não tenham sido identificados fatores que justifiquem o provisionamento. No entanto, dependendo da natureza do atraso no recebimento, a Diretoria poderá decidir pelo não provisionamento, devendo formalizar essa autorização.

Por fim, para as notas fiscais, cujo atraso no recebimento supera 12 meses, a Companhia efetua o registro de provisão para crédito de liquidação duvidosa. No entanto, dependendo da natureza do atraso no recebimento, o Conselho de Administração poderá decidir pelo não provisionamento, devendo formalizar essa autorização.

O valor presente é calculado com base em taxas praticadas no mercado e no custo de capital representado pelo custo médio ponderado de capital (WACC).

26.8 INVESTIMENTOS

Os investimentos da Companhia em suas controladas são avaliados com base no método de equivalência patrimonial, conforme CPC 18-R1 (IAS 28), para fins de demonstrações financeiras da controladora.

Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento na controlada é contabilizado no balanço patrimonial da controladora ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária na coligada. O ágio relacionado com a coligada é incluído no valor contábil do investimento, não sendo amortizado. Como o ágio fundamentado em rentabilidade futura (*goodwill*) integra o valor contábil do investimento na coligada, este não é reconhecido separadamente e seu valor recuperável é testado considerando a unidade geradora de caixa que pertence.

A participação societária na controlada é apresentada na demonstração do resultado da controladora como equivalência patrimonial, representado o lucro líquido atribuível aos acionistas da coligada.

Quando necessário, são efetuados ajustes para que as políticas contábeis estejam de acordo com as adotadas pela Companhia.

Após a aplicação do método de equivalência patrimonial para fins de demonstrações financeiras da controladora, a Companhia determina se é necessário reconhecer a perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em sua coligada. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que os investimentos em

controladas sofreram perdas por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado da controladora.

26.9 ATIVOS INTANGÍVEIS

Refere-se a marcas e patentes, *softwares* adquiridos, custos e despesas com desenvolvimento de novos produtos (*softwares*), além dos ágios, valor da carteira de clientes e outros intangíveis decorrentes das aquisições das empresas Intellectual Capital Ltda. (incorporada em 22 de julho de 2008), Senior Solution Consultoria em Informática Ltda., Controlpart Consultoria e Participações Ltda. e Drive Consultoria e Informática Ltda. (incorporada em 01 de janeiro de 2014). Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável. Os ágios gerados nas aquisições de investimentos ocorridas até 31 de dezembro de 2008, que têm como fundamento econômico a rentabilidade futura, estavam sendo amortizados de forma linear pelo prazo de 5 a 10 anos, desde as datas das transações que os originaram. A partir de 1º de janeiro de 2009 tais ágios não são mais amortizados, sendo submetidos a teste anual para análise de perda do seu valor recuperável (Nota 12).

A vida útil dos ativos intangíveis é avaliada como finita ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida útil finita são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda de valor recuperável sempre que houver indicação de perda de seu valor econômico. O exercício e o método de amortização de um ativo intangível de vida finita são revistos no mínimo no encerramento de cada exercício. Mudanças na vida útil ou no padrão de consumo de benefícios futuros esperados são contabilizadas por meio da mudança no exercício ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas testados anualmente em relação a perdas de valor recuperável. A avaliação de vida indefinida é revista no encerramento de cada exercício para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para finita é efetuada de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

a) Ágio

O ágio (*goodwill*) é apurado na aquisição ou na subscrição de capital em outra sociedade, representado pelo valor do custo de aquisição do investimento que superar o valor da equivalência patrimonial, calculada a partir do percentual de aquisição ou subscrição sobre o valor do patrimônio líquido da sociedade avaliado pelo valor justo (valor de mercado) de todos os seus ativos e passivos (Nota 11). Neste processo de apuração do valor do patrimônio líquido, a eventual existência de ativos não contabilizados que possuam valor justo, são individualizáveis e ainda podem ser negociados individualmente.

Conforme deliberação CVM nº 553 de 12 de novembro de 2008, a qual aprova o Pronunciamento Técnico CPC 04 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, que trata de Ativos Intangíveis, a partir de 1º de janeiro de 2009, a Companhia deixou de amortizar contabilmente os ágios decorrentes dos investimentos adquiridos. Tendo em vista que alguns dos referidos ágios continuam sendo amortizados para fins tributários, foram constituídos os correspondentes efeitos tributários diferidos sobre a parcela de amortização excluída fiscalmente. O ágio é testado anualmente para verificar perdas (*Impairment*).

b) Softwares

Os gastos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. Os gastos diretamente associados a *softwares* identificáveis e únicos, controlados pelo Grupo e que, provavelmente, gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis. Os gastos diretos incluem a remuneração dos funcionários da equipe de desenvolvimento de *softwares* e a parte adequada das despesas gerais relacionadas.

Os gastos com o desenvolvimento de *softwares* reconhecidos como ativos são amortizados usando-se o método linear ao longo de suas vidas úteis, pelas taxas demonstradas na nota 12.

c) Carteira de clientes

Carteira de clientes, adquiridas em uma combinação de negócios, são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. As relações contratuais com clientes têm vida útil finita e são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada usando o método linear durante a vida esperada da relação com o cliente.

d) Marcas registradas e licenças

As marcas registradas e as licenças adquiridas separadamente são demonstradas, inicialmente, pelo custo histórico. As marcas registradas e as licenças adquiridas em uma combinação de negócios são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. Posteriormente, as marcas e licenças, avaliadas com vida útil definida, são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada pelo método linear para alocar o custo das marcas registradas e das licenças durante sua vida útil estimada.

26.10 IMOBILIZADO

Registrado ao custo histórico de aquisição, formação ou desenvolvimento, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear com base nas taxas mencionadas na nota 11. O imobilizado está registrado em seu valor bruto de créditos de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (“ICMS”), do Programa de Integração Social (“PIS”) e da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (“COFINS”), uma vez que a empresa não se utiliza destes impostos como créditos fiscais.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação dos outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada. As vidas úteis estão demonstradas na nota 11.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Administração reavaliou a vida útil do ativo imobilizado, não tendo identificado alteração significativa na vida útil desses ativos.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

26.11 *IMPAIRMENT* DE ATIVOS NÃO FINANCEIROS

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

O seguinte critério é também aplicado para avaliar perda por redução ao valor:

a) Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura

Teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é feito anualmente ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

b) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados, em relação à perda por redução ao valor recuperável, anualmente, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável, quando aplicável.

26.12 CONTAS A PAGAR AOS FORNECEDORES

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no exercício de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Os valores são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

26.13 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na

demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Instrumentos financeiros compostos, os quais possuem componentes de passivo financeiro (dívida) e de patrimônio líquido, emitidos pela Companhia, compreendem títulos que podem ser convertidos em capital social à opção do titular, e o número de ações a serem emitidas não varia com as mudanças em seu valor justo.

O componente de passivo de um instrumento financeiro composto é reconhecido inicialmente a valor justo. O valor justo da parcela do passivo de um título de dívida conversível é determinado com o uso de fluxo de caixa descontado, considerando a taxa de juros de mercado para um título de dívida com características similares (período, valor, risco de crédito), porém não conversível. O componente de patrimônio líquido é reconhecido, inicialmente, pela diferença entre o valor total recebido pela Companhia com emissão do título e o valor justo do componente de passivo financeiro reconhecido. Os custos de transação diretamente atribuíveis ao título são alocados aos componentes de passivo e de patrimônio líquido proporcionalmente aos valores inicialmente reconhecidos.

Após o reconhecimento inicial, o componente de passivo de um instrumento financeiro composto é mensurado ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. O componente patrimonial de um instrumento financeiro composto não é remensurado após o seu reconhecimento inicial, exceto na conversão ou quando expirado.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

26.14 PROVISÕES

As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões para reestruturação compreendem multas por rescisão de contratos de aluguel e pagamentos por rescisão de vínculo empregatício. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

26.15 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTE E DIFERIDO

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos, e são calculados com base nas alíquotas efetivas do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido ajustado nos termos da legislação vigente. A compensação de prejuízos fiscais e de base negativa da contribuição social está limitada a 30% do lucro tributável. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social que são calculados com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação

vigente sendo: 15%, acrescido de 10% sobre o que exceder a R$ 240 mil anuais para o imposto de renda e 9% para a contribuição social. Portanto as adições ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos.

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

i) Quando o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e

ii) Sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o exercício da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizadas, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributárias não utilizadas possam ser utilizados, exceto:

i) Quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e

ii) Sobre as diferenças temporárias dedutíveis, associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributários futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

As receitas de serviços estão sujeitas à tributação pelo Imposto sobre Serviços (“ISS”) às alíquotas vigentes em cada região e à tributação pelo PIS e COFINS na modalidade cumulativa para as receitas auferidas com serviços, às alíquotas de 0,65% e 3,00% respectivamente, bem como o INSS Patronal à aliquota de 2,00% até o mês de novembro do exercício de 2015 e 4,5% apartir do mês de dezembro do mesmo exercício.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

26.16 OUTROS ATIVOS E PASSIVOS (CIRCULANTES E NÃO CIRCULANTES)

Um ativo é reconhecido no balanço quando se trata de recurso controlado pela Companhia decorrente de eventos passados e do qual se espera que resultem em benefícios econômicos futuros. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para

liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação tem probabilidade de ocorrência nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

26.17 BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

a) Obrigações de aposentadoria

As empresas do Grupo oferecem aos empregados um plano de previdência privada, estruturado na modalidade de contribuição definida, cujo objetivo é proporcionar a acumulação de recursos que poderão ser transformados em renda mensal, com o intuito de complementar o benefício oferecido pela Previdência Social. O plano possui contribuições voluntárias dos participantes, via desconto em folha de pagamento. As empresas não possuem qualquer responsabilidade sobre o fundo ou sobre sua Administração.

b) Remuneração com base em ações

O Grupo ofereceu a alguns executivos até o ano de 2013, devidamente aprovado pelo Conselho de Administração, um plano de remuneração baseado em ações ("*Stock Options*", nota 18), segundo o qual recebia os serviços como contraprestação das opções de compra de ações outorgadas. Conforme o CPC10 – Pagamentos Baseados em Ações, o prêmio dessas ações, calculado na data da outorga, é reconhecido como despesa em contrapartida ao patrimônio líquido, durante o exercício de carência à medida que os serviços são prestados. Há um novo plano em vigor desde 2016, conforme divulgado na nota 18.

c) Participação nos lucros

O Grupo reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados em regime de competência, de acordo com a política de remuneração do Grupo.

26.18 CAPITAL SOCIAL

As ações são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquido de impostos.

26.19 RECONHECIMENTO DA RECEITA

A Companhia aufere, principalmente, receitas de licenciamento de *software*, compreendendo taxa de licenciamento, receita de serviços de manutenção e de suporte ao produto, serviços de customização, consultoria e assessoria permanente.

As receitas relativas à licença de uso são reconhecidas quando: i) da assinatura do contrato e disponibilização do software ao cliente; ii) seu valor pode ser mensurado de forma confiável (conforme os termos do contrato); iii) todos os riscos e benefícios inerentes da licença são transferidos para o comprador; iv) a Companhia não detém mais o efetivo controle sobre a licença; e v) é provável que os benefícios econômicos serão gerados em favor da Companhia.

As receitas de serviços de customização e consultoria são reconhecidas à medida que os serviços são prestados, conforme contratos de prestação de serviços. Os casos em que o serviço foi prestado, porém ainda não faturado, são registrados como serviços em andamento na rubrica “contas a receber” no ativo circulante.

As receitas de serviços prestados são reconhecidas no resultado em função da sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

As receitas de serviços estão sujeitas à tributação pelo Imposto sobre Serviços ("ISS") às alíquotas vigentes em cada região e à tributação pelo PIS e COFINS na modalidade cumulativa para as receitas auferidas com serviços de informática, às alíquotas de 0,65% e 3,00% respectivamente, bem como o INSS Patronal à aliquota de 2,00% até o mês de novembro do exercício de 2015 e 4,5% apartir do mês de dezembro do mesmo exercício.

Conforme art. 8º da Lei nº 10.637, de 2002, e do art. 10 da Lei nº 10.833, de 2003, estão excluídas do regime de não-cumulatividade as receitas provenientes das atividades de desenvolvimento de software e o seu licenciamento ou cessão de direito de uso, bem como de análise, programação, instalação, configuração, assessoria, consultoria, suporte técnico e manutenção ou atualização de software, compreendidas ainda como softwares as páginas eletrônicas, auferidas por empresas de serviços de informática. A exclusão da não-cumulatividade não alcança a comercialização, licenciamento ou cessão de direito de uso de software importado.

26.20 DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras do Grupo no momento em que são aprovadas em Assembleia Geral, com base no estatuto social da Companhia ou autorizadas pelo Conselho de Administração.

26.21 NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE NORMAS QUE AINDA NÃO ESTÃO EM VIGOR

As seguintes novas normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2015. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

. **IFRS 9/CPC 48 - "Instrumentos Financeiros"**: aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9 foi publicada em julho de 2014, com vigência para 1º de janeiro de 2018, e substitui a orientação no IAS 39/CPC38, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que o IFRS 9 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de *impairment* para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de *hedge*.

A administração entende que as novas orientações do IFRS 9 não trarão impacto na classificação e mensuração dos seus ativos financeiros, bem como na contabilização das relações de hedge. O Grupo ainda não concluiu a avaliação detalhada de como as provisões de impairment serão afetadas pelo novo modelo. Embora não se espere um impacto relevante, a sua aplicação irá provavelmente antecipar o reconhecimento de perdas.

. **IFRS 15/CPC 47 - "Receita de Contratos com Clientes"**: essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Essa norma baseia-se no princípio de que a receita é reconhecida quando o controle de um bem ou serviço é transferido a um cliente, assim, o princípio de controle substituirá o princípio de riscos e benefícios. Ela entra em vigor em 1º de janeiro de 2018 e substitui a IAS 11/CPC17 - "Contratos de Construção", IAS 18/CPC 30 - "Receitas" e correspondentes interpretações. A administração está avaliando os impactos da adoção da nova norma, mas já identificou as principais áreas que serão afetadas:

- Serviços de consultoria de IT: poderá resultar na identificação separada de obrigações de performance, afetando, assim, o momento de reconhecimento de receita de cada uma delas.

. **IFRS 16 - "Operações de Arrendamento Mercantil"**: com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O IFRS 16 entra em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º. de janeiro de 2019 e substitui o IAS 17/CPC 06 - "Operações de Arrendamento Mercantil" e correspondentes interpretações.

A Companhia não possue operações de arrendamento mercantil.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras do Grupo.

* * * *